



Instituto Superior
de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA

U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

A corrida global por terras desde 2008

-

**A América do Sul na expansão global do
“*land grab*”**

Nuno Miguel Coelho Alves

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Orientador: Professora Doutora Raquel de Caria Patrício

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações
Internacionais

Lisboa

2014

VALORIZAMOS PESSOAS

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

ÍNDICE

I - Introdução e considerações metodológicas.....	1
1. Pergunta de partida.....	1
2. Objectivos e hipóteses.....	8
3. Metodologia.....	9
II – Capítulo I – O confronto tradicional de visões na América do Sul numa perspectiva contemporânea.....	12
1.1. Revisitando as teorias da dependência: <i>land sovereignty</i> como elemento de autonomia no contexto das relações internacionais.....	12
1.2. O institucionalismo neoliberal e o Banco Mundial: a terra como <i>commodity</i>	20
III – Capítulo II – O land grab contemporâneo na América do Sul e as suas múltiplas dimensões.....	26
2.1. O land grab contemporâneo desde 2008.....	26
2.1.1. Dinâmicas.....	26
2.1.2. Agentes.....	29
2.1.3. Motivações.....	32
2.1.4. Dimensões.....	34
2.2. As implicações geopolíticas do “ <i>land grab</i> ”.....	36
2.3. A importância da terra e as oligarquias agro-exportadoras.....	39
V – Capítulo III – Entre a autonomia e a mercantilização da terra: a dicotomia de visões sobre o “land grab” na América do Sul.....	43
3.1. O “ <i>land grab</i> ” como instrumento de autonomia.....	43
3.2. O “ <i>land grab</i> ” como instrumento de dependência.....	46
V – Conclusão.....	54
VI – Bibliografia.....	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produtividade agrícola no continente americanos 1990-2000; 2000-2009 – Valor agrícola acrescentado por trabalhador em dólares (valores constantes de 2000)..24

Gráfico 2: Relação temporal entre manifestações populares e o aumento dos preços dos produtos alimentares.....33

Gráfico 3: Percentagem das receitas fiscais oriundas da exploração dos recursos naturais face à receita fiscal total.....47

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Actores envolvidos na aquisição de terras agrícolas na América do Sul...31

Lista de Acrónimos

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

FAO - Food and Agriculture Organizations

IFAD – International Fund for Agricultural Development

IFC - International Finance Corporation

RAI - Principles for Responsible Agricultural Investment

REDD - Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

Resumo

Desde 2008, a procura internacional por terras agrícolas destacou o “land grab” como um novo fenómeno no contexto das relações internacionais como resultado da conjugação das crises alimentar, energética e financeira. Em particular, na América Sul o “land grab” revela-se especialmente pertinente para a compreensão das dinâmicas económicas, sociais e políticas na sub-região pela complexidade com que este se manifesta, pelos agentes e motivações envolvidos e pelo debate associado à sua expansão. Esta discussão em torno dos impactos do “land grab” é visível ao nível da oposição entre os conceitos de “land sovereignty” e “land governance”. Partindo da análise deste confronto, esta dissertação pretende compreender quais os impactos que o “land grab” tem ao nível da inserção internacional dos países sul-americanos. Em particular, pretende-se compreender se a expansão do “land grab” na América do Sul se constitui como um elemento de autonomia ou dependência ao nível da inserção internacional dos países sul-americanos.

Palavras-chave: “land grab”, dependência, autonomia, agricultura, desenvolvimento.

Abstract

Since 2008, the international demand for agricultural land highlighted land grabs as a new phenomenon in the context of international relations as a result of the combination of food, energy and financial crises. In particular, in South America land grabs prove to be particularly relevant for the understanding of economic, social and political dynamics in the sub-region by the complexity with which it manifests, by the actors and motivations involved and the debate associated with its expansion. The discussion on the impacts of land grabs is visible at the level of the opposition between the concepts of "sovereignty land" and "land governance". Based on the analysis of this confrontation, this dissertation aims to understand the impacts of land grabs at the level of international integration of South American countries. In particular, it aims to understand if the expansion of land grabs in South America constitutes as an element of autonomy or dependence at the level of international integration of South American countries.

Key words: land grabs, dependency, autonomy, agriculture, development.

I - Introdução e considerações metodológicas

1. Pergunta de partida

“A expansão do “land grab” na América do Sul constitui-se como um elemento de manutenção da autonomia (land sovereignty) da sub-região no contexto das relações internacionais?”

A agricultura é hoje um tema ainda pouco explorado nas Relações Internacionais, muito embora contenha em si uma significativa capacidade explicativa das dinâmicas contemporâneas que caracterizam a esfera internacional. Em particular, este poder explicativo é relevante no contexto dos países da América do Sul, onde o sector agro-exportador é hoje uma das componentes estratégicas da sua inserção internacional. Como nota Samir Amin (2014: 7), *“the question of international relations between the center and the periphery (commodity trade, capital flows, technological flows, political organization and stratification, ideological currents, etc.) must not under any circumstances be treated lightly or ‘in parts,’ or too hastily”*. Nas constantes tensões que marcam o panorama internacional contemporâneo, a agricultura é hoje um elemento-chave para a compreensão das múltiplas narrativas em torno do desenvolvimento económico.

A magnitude das crises alimentar, energética e financeira em 2007 e 2008 despertou o mundo para um fenómeno cada vez mais global. Apesar de ser uma tendência anterior a estes acontecimentos¹, com a volatilidade dos mercados financeiros, os investidores passaram a centrar significativamente as suas atenções no sector agrícola como uma alternativa compensatória face às grandes perdas financeiras registadas. Em

¹ Para uma descrição mais detalhada desta tendência importa consultar “Land Grabs and Fragile Food Systems - The Role of Globalization” (Murphy, 2013: 6 e 7).

2008, um relatório publicado pela ONG GRAIN² despertou as atenções mundiais para um novo fenómeno: o “*land grab*”. No mesmo ano, o *The New York Times* publicou um artigo intitulado “*Food is Gold, So Billions Invested in Farming*” que reforçou a denúncia e o carácter global deste fenómeno (McMichael, 2011). Curiosamente, em 2008, depois de mais de duas décadas sem dar destaque ao tema, o Banco Mundial publicava o seu relatório anual com o título “*Agriculture for Development*”. O “*land grab*” tornou-se particularmente mediático depois do golpe de Estado que, em 2008, derrubou o governo de Madagáscar após este ter acordado a cedência de 1,3 milhões de hectares de terra à sul-coreana Daewoo Logistics para a produção de milho e óleo de palma a serem exportados para a Coreia do Sul (Cotula, Vermeulen, Leonard e Keeley, 2009: 37).

A definição de “*land grab*” tende a focar diversos elementos. Graham, Aubry, Künemann e Suárez (2011: 1) centram-se a finalidade do “*land grab*” na produção de bens para fins comerciais ou industriais agrícolas. Por sua vez, Daniel e Mittal (2009: 1) focam-se na dimensão dos negócios. Safransky e Wolford (2011: 2) notam que extracção e alienação são as palavras-chave definidoras do “*land grab*”. Para Fradejas (2012: 2), o “*land grab*” é um instrumento capitalista de controlo dos recursos naturais como resposta às crises alimentar, energética e financeira. Theting e Brekke (2010: 3) concentram-se no dualismo entre legalidade e legitimidade do “*land grab*”. Para Herre (Madariaga, 2013), a definição de “*land grab*” não deve limitar-se ao sector agrícola, mas a todas as indústrias extractivas. Para Borras et al (2012: 865), o “*land grab*”, como fenómeno político, deve ser referido como “*resource control grabbing*” na medida em que se pretende a apropriação do poder necessário para o controlo da terra e demais recursos naturais. Todavia, a natureza da análise empreendida nesta dissertação requer uma definição que se adequa aos temas aqui debatidos, muito embora esta derive das definições acima referidas. Assim, entende-se por “*land grab*” os negócios agrícolas de grande dimensão, com impactos profundos ao nível das estruturas produtivas do país, das relações sociais, económicas e políticas, da manutenção da soberania e da inserção internacional dos Estados, e realizados por agentes privados ou estatais que, pelos mais variados meios, procuram, de forma ilegítima ou ilegal, a apropriação e controlo da

² A GRAIN é uma ONG sediada em Barcelona, e tem como missão apoiar os pequenos agricultores e movimentos sociais nas lutas por um sistema alimentar controlado pelas comunidades locais e assente no respeito pela biodiversidade local. Ver <http://www.grain.org/pages/organisation>

terra, bem como os recursos associados a esta, sendo que a exploração destes recursos é definida no contexto da acumulação de capital e maximização dos ganhos.

O “*land grab*” tornou-se sinónimo de uma vaga global de negócios transnacionais em torno da procura por terras agrícolas (Fernandes, 2012: 205), e que reúne em torno de si temas como direitos humanos, economia internacional, conflito, Estados-falhados, globalização ou interdependências assimétricas. Desde então, o “*land grab*” é um fenómeno que ecoa por todo o mundo em desenvolvimento e cujos impactos sociais, ambientais, políticos e económicos a curto e longo-prazo parecem antever o inverso de todas as expectativas de desenvolvimento económico associadas a estes investimentos.

Associado ao “*land grab*” está a compra ou arrendamento de vastas extensões de terras agrícolas para a produção alimentar ou de agro-combustíveis. Para além das considerações de natureza económica, a opção pelos investimentos agrícolas revela ainda alguma desconfiança pelos mercados financeiros ou receio pelos abalos políticos que a crise financeira espoletou. O fundamento destes negócios reside ainda na especulação sobre um possível aumento da procura de produtos agrícolas ou futuras compensações estatais por serviços ambientais, como o sequestro de carbono (Arezki, Deiniger e Selod, 2011). Ao mesmo tempo, “*foreign governments sponsor offshore agriculture in the interests of national food and energy security*” (McMichael, 2011: 15).

Porém, para alguns Estados, em especial aqueles localizados no hemisfério norte, tem-se vindo a generalizar a ideia de que as terras de países terceiros podem ser usadas indiscriminadamente para garantir a sua própria segurança alimentar (Borras Jr. e Franco, 2010). Por outras palavras, este fenómeno tem vindo a sustentar o crescimento desmesurado e insustentável de uma dívida ecológica entre estes países (Bhatnagar, 2014; Paradis, et al, 2008; Pigrau, Borràs, Cardesa-Salzmman e Manzano, 2013; Simms, 2005; Human Development Report, 2007/2008).

O mapa global do “*land grab*” é, em muitos casos, coincidente com países onde a corrupção é endémica, onde a insegurança alimentar persiste, a economia paralela permanece elevada, a transparência política é dúbia ou inexistente e onde os apelos a favor da erradicação destes negócios tardam em ser ouvidos (Safransky e Wolford, 2011). Em resultado, muitos Estados, frágeis à nascença e cujas economias se debatem desde há décadas com persistentes limitações ao seu desenvolvimento, encontram-se

hoje reféns dos interesses corporativos ou coniventes com estes. Relançando, neste contexto, a já famosa “interdependência global”, restam poucas dúvidas de que, nos domínios do “*land grab*” existe uma verdadeira “interdependência global assimétrica” (Jarblad, 2003) ou, “*globalização assimétrica*” (Cervo, 2001: 293).

Verifica-se igualmente a construção de uma narrativa legitimadora e alarmista em torno da crescente necessidade global por alimentos que justifique a continuidade e expansão destes negócios (Da Via, 2011). Esta “financeirização” do sector agrícola a uma escala global tem vindo a subverter progressivamente a lógica produtiva associada à agricultura, e introduzido uma nova agricultura sem agricultores (McMichael, 2011). McMichael (2011) salienta que, no contexto desta nova narrativa, a defesa da “nova agricultura” como instrumento de redução dos diferenciais de rendimento (“*yeld gap*”) não é mais do que um eufemismo deste novo modelo agrícola extractivo, e que a “oportunidade” de desenvolvimento apenas existe para os investidores e não para as regiões produtoras. Esta crítica é igualmente partilhada por Borras e Franco (2009, 2 e 3) que sublinham, com estranheza, que “*the original stress on how many commercial land transactions are dispossessing rural communities and undermining fragile and diverse ecosystems, has shifted to an emphasis on the economic opportunities opened up by such land deals*”.

Do ponto de vista teórico, tem-se verificado um grande empenho da comunidade académica, mas também das ONG’s e instituições internacionais, como o Banco Mundial ou a Food and Agriculture Organization (FAO) para o desenvolvimento do tema ou para a denúncia do fenómeno. Kugelman (2009) nota que estas apropriações de terra se constituem como a continuidade da agressão colonial. McMichael (2013) argumenta que a actual vaga de negócios agrícolas nos países em desenvolvimento poderá alterar profundamente as relações comerciais internacionais, deslocando a preponderância agrícola dos grandes produtores tradicionais, como os EUA ou a União Europeia, para as novas “*agro-export zones*”. Mais ainda, McMichael (2011) relembra que a utilização de terras para a produção de agrocombustíveis foi considerada pelo relator das Nações Unidas para os direitos humanos em 2007, Jean Ziegler, como um crime contra a humanidade. McMichael (2011) recorda igualmente as palavras do actual relator Olivier de Schutter, que acusou a proposta do Banco Mundial para a criação de códigos de conduta para um investimento responsável na agricultura, de ser uma proposta para a destruição “responsável” do campesinato no mundo. Para Safransky e

Wolford (2011), o “*land grab*” constitui-se como a consumação prática da segunda lei fatal do capitalismo, pois os recursos necessários para a continuação da acumulação de capital são exactamente os mesmos de que as populações locais necessitam para o seu sustento. Fradejas (2012) entende que o “*land grab*” é, em simultâneo, um meio e um efeito da economia política de extracção que tem sido planeada e implementada pela oligarquia pós-colonial e que exerce o seu controlo através de uma “racionalidade extractiva”. Dà Via (2011) considera que as narrativas de ganhos mútuos são uma construção que visa legitimar o “*land grab*” e a agricultura capitalista como produtos do liberalismo. Borras Jr., Franco e Wang (2013) consideram que a crescente preponderância das “*flex-crops*” na agricultura contemporânea, a relevância dos BRICS e de outros países de rendimento médio e o papel dos Estados são elementos-chave na compreensão do “*land grab*”. Fairhead, Leach e Scoones (2012) falam na apropriação dos recursos naturais para fins ambientais (*green grabbing*). Margulis, McKeon e Borras Jr., (2013). Borras Jr. et al (2013) entendem que o “*land grab*” possui uma dimensão política na medida em que passa a estar em jogo o poder para decidir o “como” e “para quê” servirão os recursos (solo e água) controlados. De ímpar importância é a contextualização feita por Borras Jr., Franco, Kay e Spoor (2011) que defendem a necessidade de se ter uma visão mais alargada do land grab no sentido em que este não é um fenómeno autónomo, mas parte integrante de um “*emerging foodfeed-fuel complex*” onde se destacam *green grabs*, *water grabs* ou mesmo *commodity grabs*.

Neste aprofundamento do estudo do fenómeno destacam-se claramente duas visões opostas. Uma primeira, claramente crítica, apela à implementação de medidas à escala global e também nacional para o controlo e erradicação destas práticas. Esta oposição assenta na contestação à globalização, à expansão internacional da agricultura capitalista e ao “*land grab*” como produto de ambos. A esta crítica acrescentam o “*land grab*” como a antítese do desenvolvimento, e defendem que a expansão e aprofundamento do fenómeno nos países em desenvolvimento induzirá ao aprofundamento da pobreza, das desigualdades sociais e económicas, da insegurança alimentar, da perda de recursos vitais, da fragilização da sua posição na economia internacional e, em consequência, da perpetuação da dependência destes países em relação aos mercados internacionais e aos países mais ricos. Uma segunda perspectiva, de inspiração liberal, é protagonizada, na esfera internacional, por organizações internacionais como o Banco Mundial. A abordagem seguida pelo Banco Mundial

reconhece as externalidades negativas despoletadas pelo “*land grab*” mas, longe de questionar o sistema, propõe um caminho evolutivo para este. Esta evolução revela-se possível pela reorientação das economias internas em relação aos mercados internacionais através da eliminação de barreiras aos investidores e comércio internacional. Os mercados internacionais são entendidos como motores de desenvolvimento e, quando associados à implementação de uma boa governação, constituem-se como elementos fundamentais na promoção da igualdade e distribuição equitativa dos ganhos económicos obtidos.

Por todo o mundo, o “*land grab*” tem estado associado a outros fenómenos económicos como economias de enclave (White, et al, 2012), zonas económicas especiais (Levien, 2011) ou “*growth corridors*” (Kaarhus, 2011). Porém, na América do Sul, o “*land grab*” é conhecido igualmente por “*acaparamiento*” nos países hispânicos e por estrangeirização de terras e grilagem no Brasil. Na América do Sul, o estudo do “*land grab*” revela-se particularmente pertinente pela preponderância do sector agro-exportador na inserção internacional destes países. Borrás Jr., Franco, Kay e Spoor, (2011) consideram que a América do Sul reúne especificidades que não se verificam nas restantes regiões do mundo onde se constata a incidência do “*land grab*”. Factores como o volume de terras privadas negociadas, o papel desempenhado pelas elites internas como investidores principais mas ligados ao capital internacional, a importância das empresas “translatinas” em conjunto com as transnacionais como agentes fundamentais nestes processos, a relação marginal dos negócios agrícolas feitos na América do Sul face aos Estados, como os países do Golfo Pérsico, a Índia, a China ou a Coreia do Sul, que globalmente são os grandes promotores deste tipo de negócios e, talvez ainda mais importante, a circunstância de os países sul-americanos onde se verifica o “*land grab*” não se encaixarem todos no perfil habitual do Estado fraco (Borrás Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011).

No contexto das relações internacionais adensam-se dúvidas quanto à verdadeira autonomia política da América do Sul, e à influência que estes investimentos poderão ter na redefinição destas relações. Na literatura académica tem sido defendida a existência de um novo “centro” mundial que se deslocou dos países industrializados do norte para o mercado global de capitais (Mallon, 1998). Em resultado, os mercados internacionais e os agentes económicos transnacionais que neles competem têm-se

revelado uma força incontornável na orientação das políticas seguidas para o sector agrícola em toda a região.

Estes negócios têm, na sua génese, a progressiva abertura das economias sul-americanas aos mercados internacionais como estratégia de desenvolvimento a partir de meados da década de 1980, e resultou da consideração do Estado desenvolvimentista como inadequado “*para os tempos da globalização*” (David, Dirven, Vogelgesang, 2000; Cervo, 2001: 282). Cervo (2001: 281) sublinha que desde então, para prejuízo da sub-região, verifica-se uma “*transferência dos ativos nacionais para as empresas oligopólicas globais*” (Cervo, 2001: 281). Para Leiva (2009: 158),

“nos últimos 20 anos, uma parte importante dos recursos naturais dos países atrasados se transformou em propriedade privada das empresas transnacionais. Estas se apropriam dos lucros acrescidos pelo aumento dos preços e também da renda dos recursos naturais, já que agora possuem a propriedade privada deles. As principais mobilizações e mudanças políticas na América Latina nos últimos anos estão vinculadas ao resgate dos recursos naturais”.

Na continuidade desta harmonização das forças produtivas internas com a economia mundial (Fernandes, 2012: 2015), tem-se assistido à construção deliberada de uma economia de extracção por parte dos Estados sul-americanos (McMichael, 2011; Da Via, 2011; Safransky e Wolford, 2011). Esta crescente vocação primária das economias sul-americanas levanta, por um lado, dúvidas quanto ao processo de desenvolvimento e, por outro lado, quanto à autonomia ou dependência política da América do Sul no contexto das relações internacionais. Cardoso e Faletto entendem dependência como “*a conformação de uma estrutura produtiva nacional em função do mercado externo, que mantém os vínculos comerciais, produtivos e financeiros com a expansão internacional do capitalismo*” (Martins e Valencia, 2001: 4). No entender de Theotónio dos Santos,

“a dependência representa uma situação em que a estrutura socioeconómica e o crescimento económico de uma região são determinados, em sua maior parte, pelo desenvolvimento das relações comerciais, financeiras e tecnológicas de outras regiões. A dependência é gerada e reproduzida a partir da internacionalização capitalista e de sua tendência a concentrar e centralizar os excedentes que resultam da acumulação mundial nos centros dinâmicos do sistema mundial” (Martins, 2009: 200).

Fernandes (2012: 205) sublinha que a construção de um modelo de desenvolvimento assente na produção de *commodities* constitui-se como um desafio à

soberania dos Estados e revela a existência de relações de dependência económica e tecnológica em relação aos países ricos. O autor estende ainda esta crítica ao capitalismo agrário, sublinhando que a hegemonia do agronegócio na agricultura favorece a apropriação de parte significativa da riqueza por parte das grandes corporações em nome daquilo que é considerado como um processo “natural” de modernização do sector agrícola. (Fernandes, 2012: 215).

A focalização deste estudo na América do sul revela-se, em simultâneo, especialmente interessante quando considerada esta combinação contemporânea de crescimento económico baseado na exportação de “*commodities*”, com a adopção de políticas económicas que poderão inviabilizar a sustentabilidade de exploração ou produção de matérias-primas. Como tal, o estudo dos grandes negócios agrícolas na América do sul poderá ser uma peça importante na evolução do puzzle económico sul-americano.

2. Objectivos e hipóteses

A investigação que será desenvolvida para a análise do tema em questão tem por base um objectivo principal que deriva da própria pergunta de partida e, derivando deste, objectivos secundários.

Num primeiro momento, esta dissertação pretende aprofundar os estudos do “*land grab*” no contexto das Relações Internacionais. Assim, o objectivo principal desta dissertação consistirá na verificação, com base no debate teórico entre as visões de “*land sovereignty*” e “*land governance*”, da expansão do “*land grab*” na América do Sul enquanto elemento de manutenção da autonomia da sub-região no contexto das relações internacionais.

Deste aprofundamento resulta a necessidade de compreender a importância da terra no contexto das relações internacionais e o debate ideológico suscitado por esta relevância. Entrando no campo regional pretende-se, prioritariamente, conhecer os impactos do “*land grab*” na América do Sul e se existe aqui uma oportunidade de desenvolvimento para a sub-região. Considerando as especificidades da sub-região, e a inexistência de um modelo socio-político-económico comum a toda a América do Sul (Patrício, 2012: 239) importa conhecer os impactos dessas diferenças na evolução do

fenómeno na sub-região. No âmbito internacional, pretende-se averiguar de forma mais incisiva os impactos do “*land grab*” sobre a inserção internacional dos países sul-americanos e, de forma mais lata, se essa inserção hoje se faz de forma autónoma ou dependente. A verificar-se a existência de relações de dependência, importa compreender a natureza dessa dependência e em relação a quem ela se manifesta. Por fim, na análise teórica, tenciona-se explorar a capacidade explicativa das teorias da dependência face à realidade económico-política actual na América do Sul, em contraponto à visão institucional-liberal.

Seguindo uma lógica hipotético-indutiva, esta dissertação basear-se-á na verificação das hipóteses que derivam das interrogações já expressas em relação à análise em questão. Mais especificamente, como hipótese central neste estudo, pretende-se saber se a expansão do *land grab* na América do Sul se constitui como um elemento de manutenção da autonomia da sub-região no contexto das relações internacionais. Desta hipótese, já com um carácter secundário mas necessariamente complementar, emanam outras hipóteses a que esta dissertação procurará responder. Por um lado, na esfera teórica, pretende-se compreender se as teorias da dependência, apesar das suas diferentes abordagens, permanecem hoje como um conjunto de propostas teóricas capazes de explicar as dinâmicas económico-políticas associadas ao “*land grab*” na América do Sul. Por outro lado, com um carácter mais prático, tentar-se-á entender se a construção de uma economia de extracção na América do sul, característica do aprofundamento do “*land grab*”, se poderá constituir como um factor de sustentabilidade do seu desenvolvimento económico.

3. Metodologia

Considerando as especificidades, não só do “*land grab*” no contexto sul-americano, como também da própria produção teórica latino-americana em Relações Internacionais, esta tese basear-se-á numa análise dedutiva de forma a compreender a capacidade explicativa do “*land grab*” à luz das teorias latino-americanas e da visão institucionalista-liberal. De facto, este trabalho pretende “*start with a theory, which then generates hypotheses (an expected state of affairs) which are then subjected to the test of hard facts and only accepted if they survive the ordeal*” (Della Porta e Keating, 2008, 26).

Neste contexto, importa fazer a circunscrição geográfica deste estudo. Apesar do conceito de “América Latina” remontar ao século XIX (Patrício, 2012: 22 e 23), dentro desta região que, grosso modo é aquela que se situa a sul da fronteira a sul com os EUA, existem significativas “*diferenças entre a América Central e do Caribe e a América do Sul*” (Patrício, 2012: 26 e 27). Durante o período colonial até ao início do século XX, toda a região era conhecida por “América espanhola”, ou “América hispânica”, compreendendo assim a influência histórica e cultural hispânica (Portugal e Espanha), e não latina que, erradamente, incluiria necessariamente países como França ou Itália (Espinosa, 1918: 136). Também Moreira (1999: 120 e 132), baseando-se nos trabalhos de Gilberto Freyre, utiliza o termo “*iberotropicalismo*” como a expressão geográfica da acção conjunta dos povos ibéricos nas Américas. Além do mais, longe de se resumir a um conceito geográfico, o termo “América Latina” é, em si, uma ideia cuja construção, desde a primeira metade do século XIX, foi sujeita a várias interpretações, consoante os interesses existentes (Herédia, 2008: 15). Particularmente defensor da ideia do conceito de América do Sul, ao invés de América Latina, tem sido Moniz Bandeira (2008a; 2008b) que argumenta a existência clara de uma identidade sul-americana que a demarca dos restantes conceitos referidos. Também Patrício (2012: 26) nota que toda a região que se estende a sul do canal do Panamá foi-se cristalizando progressivamente como um conceito geopolítico e geoeconómico. Acresce ainda que o conceito de América Latina não é compatível com a realidade geoeconómica e geopolítica, verificando-se, portanto, interesses divergentes quando se fala de América Latina e América do Sul (Patrício, 2012: 26). Neste sentido, este trabalho seguirá o conceito geoeconómico de América do Sul. Assim, em referência ao espaço geográfico em questão, serão usados sinónimos como “sub-região” ou “subcontinente”. Além disso, porque por vezes se revela difícil encontrar dados específicos sobre a América do Sul, recorrer-se-á a dados de toda a América Latina, mas apenas como excepção.

A análise do “*land grab*” na América do sul, pelas especificidades do fenómeno em comparação com outras regiões do mundo, requer uma análise que integre, em diferentes momentos, os diversos tipos de análise. Embora já existam alguns trabalhos teóricos que procuram olhar o “*land grab*” no contexto sul-americano como um todo, como é o caso de Borrás Jr., Franco, Kay e Spoor (2011) e de Borrás Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012), estas análises centram-se no fenómeno em si, excluindo parcialmente ou isolando outros elementos fundamentais para a análise, como a história política e

económica, a geopolítica, ou a evolução sociológica ou antropológica. Com um carácter mais introdutório, será feita uma pequena análise exploratória de forma a compreender a dimensão e magnitude do fenómeno na região. Será também utilizada uma análise descritiva de forma a compreender as características do “*land grab*” na América do sul e quais as motivações subjacentes à expansão destes negócios na região. Todavia, porque o “*land grab*” é um fenómeno que se alicerça em sociedades onde a desigualdade está, de alguma forma, institucionalizada, importa compreender de que forma se verificou a evolução da desigualdade na América do sul, quais as causas para a sua persistência e de que forma a evolução do modelo de produção agrícola nos últimos séculos poderá estar associada a esta realidade. Como tal, será aqui também usada uma análise explicativa tanto quanto possível.

Por fim, a compreensão do “*land grab*” na América do sul, como em qualquer outra região do mundo, será sempre baseada em dados quantitativos. Esta análise quantitativa recorrerá, sobretudo, a dados estatísticos produzidos por organizações internacionais, entidades estatais ou organizações não-governamentais. Todavia, porque o “*land grab*” é um fenómeno humano com significativas implicações sociais, a análise feita basear-se-á igualmente em dados qualitativos ou interpretativos. Como tal, a investigação será baseada na análise de livros sobre as matérias em questão, de artigos e textos publicados, de entrevistas com autores que se têm dedicado ao estudo do “*land grab*”, e também vídeos e eventuais documentários disponíveis.

No capítulo 1 será exposto o debate entre os conceitos de “*land sovereignty*” e “*land governance*” suportados, respectivamente, pelas teorias da dependência e pelo institucionalismo-liberal. Neste capítulo será feita uma breve revisão das teorias da dependência e tentar-se-á verificar a aplicabilidade destas teorias no contexto do “*land grab*”.

No capítulo 2 será feita uma análise mais alargada às dinâmicas que marcam hoje o “*land grab*”, não só no contexto sul-americano como também a nível global de forma a complementar a compreensão do fenómeno. Para além das dinâmicas e impactos geopolíticos associados ao “*land grab*”, tentar-se-á compreender a importância da terra e a importância das oligarquias ruralistas na América do Sul.

Por último, no capítulo 3, serão analisados os impactos do “land grab”, quer como elemento de dependência ou de autonomia, à luz das propostas teóricas apresentadas no capítulo 1.

II – Capítulo I – O confronto tradicional de visões na América do Sul numa perspectiva contemporânea

«I would not call it land-grabbing...There is a potential for win-win situations...they help increase agricultural production in developing countries, provide jobs, boost export[s] and bring in new technologies to improve farm efficiency...”

— Kanayo F. Nwanze, president of the International Fund for Agricultural Development

“We’re a bit more careful on that. We believe that every country should own their land to make sure they can feed their own people.”

Ilse Aigner, Germany’s agriculture minister» (Blumenthal, 2009: 59)

1.1. Revisitando as teorias da dependência: “land sovereignty” como instrumento de autonomia no contexto das relações internacionais

As teorias da dependência remontam à década de 1960 e constituem-se como um marco histórico na construção de uma visão teórica latino-americana das relações internacionais. Este pensamento remonta aos trabalhos de Raúl Prebisch que, no começo dos anos 1950, defendeu que o estado de subdesenvolvimento da região se devia à existência de relações comerciais com os países industrializados do norte nas quais se verificava a existência de uma deterioração dos termos de troca (Bernal-Meza, 2005, 79, Prebisch, 1986, 479). Já nos anos 1960, o estudo dos processos de desenvolvimento ganhou um novo impulso com a formulação das Teorias da Dependência (Patrício, 2012, 59). Theotônio dos Santos considerava que as políticas de desenvolvimento seguidas pela América Latina,

“formaba un conjunto de medidas complementarias que actuaban en el sentido de conformar una unidad de intereses, en el plano internacional, entre las burguesías de los países dependientes y los dominantes, expresada en la división del trabajo entre exportadores de materias primas y productos agrícolas y exportadores de maquinaria, equipos y materias primas industrializadas” (Dos Santos, 2011, 115).

Esta visão dependentista conheceu a sua concepção teórica com a Teoria Sistémico-Estrutural desenvolvida por Aldo Ferrer. Também de nacionalidade argentina, Ferrer partiu dos estudos desenvolvidos por Prebisch sobre as relações centro-periferia e introduziu a análise histórica destas relações para demonstrar que a evolução dos padrões do comércio internacional estaria na origem do subdesenvolvimento (Patrício, 2012, 61 e 62). De forma mais vinculada, André Gunther Frank (1969: 172) defendeu que o subdesenvolvimento é uma anomalia histórica e derivou da exploração dos territórios sob controlo das economias metropolitanas em benefício do desenvolvimento destas.

Dentro da linha de pensamento dependentista podem distinguir-se três perspectivas teóricas (Bresser-Pereira, 2011: 119). A primeira, de base nacionalista e capitalista, conta com autores como Celso Furtado ou Osvaldo Sunkel. Esta interpretação da dependência, conhecida por “nacional-dependente” e igualmente crítica, tal como as restantes perspectivas da dependência, do autoritarismo e excessiva concentração do rendimento nas classes altas, defendia, contudo, a existência de uma burguesia nacional nos países dependentes, muito embora esta se revelasse ambígua e contraditória (Bresser-Pereira, 2011: 119).

Uma segunda abordagem, de inspiração marxista, conta com autores como Theotónio dos Santos, Ruy Mauro Marini ou André Gunder Frank, e mais recentemente Adrian Sotelo Valencia e Carlos Eduardo Martins, e foca os desafios suscitados pela divisão internacional do trabalho, pelo imperialismo, pela emancipação através da luta de classes e a possibilidade de se estabelecer um modelo alternativo de desenvolvimento ao capitalismo, na periferia.

A terceira abordagem, tributária dos trabalhos de Max Weber e conhecida por capitalismo dependente, enumera um conjunto de críticas à visão marxista da dependência. Esta perspectiva, representada por autores como Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto ou Lúcia Goldenstein, parte da análise das estruturas de dominação assentes nos binómios autonomia/estancamento e

dependência/desenvolvimento para defender que qualquer tentativa de rompimento com as estruturas de dependência está condenada “*ao estancamento e ao irracionalismo*” (Martins e Valencia, 2001: 2 e 3).

Para Valencia (2009: 130), a perspectiva marxista justifica a sua validade teórica contemporânea com base na sua capacidade explicativa dos fenómenos que caracterizam a economia capitalista mundial. De facto, a implosão do bloco soviético e a sua transição para uma economia de mercado gerou novas periferias que se assumem hoje como representações da nova divisão internacional do trabalho, e na dentro da qual a América Latina tem sido pressionada a adoptar mudanças económicas em prol da mundialização do capital (Valencia, 2009: 114) Esta nova divisão internacional do trabalho traduz-se na “*desindustrialização de amplas regiões, países e localidades da periferia do centro capitalista*”, como resultado da perpetuação de relações de dependência entre o centro e a periferia inspiradas na “*lógica neoliberal mercantilista, que restringe os países latino-americanos a estas duas funções: abastecimento de matérias-primas para os centros industrializados e transferências de valor e de mais-valia exclusivamente em benefício destes*” (Valencia, 2009: 116 e 117).

Este estado de dependência das novas periferias mundiais encontra a sua explicação num conjunto de factores, entre os quais os investimentos externos, que resultam da crescente mobilidade dos capitais internacionais. Também James Petras, citado por Valencia (2009: 122) salienta que “*essa concorrência interimperial aprofunda a dependência da América Latina, no seu papel tradicional na divisão internacional do trabalho como um fornecedor de matérias-primas e importador de artigos industriais*”. Ao mesmo tempo, uma das novas funções da periferia é servir como espaço de recepção das grandes empresas que, no âmbito da globalização, pretendam deslocar-se para outros países a fim de aproveitarem vantagens assentes na geografia, na legislação laboral, nas diferenças salariais, na fraca organização sindical dos trabalhadores ou no apoio de governos neoliberais (Valência, 2009: 129).

Do lado oposto, os dependentistas da perspectiva weberiana acreditam que o desenvolvimento económico só é possível dentro das estruturas dependentes em articulação com os mercados internacionais, devendo para tal, a economia dependente estruturar-se de forma a garantir um ambiente interno apelativo ao capital estrangeiro (Cardoso, 1995: 149). Segundo a abordagem weberiana, verifica-se uma relação

desigual entre as esferas política e económica. Esta desigualdade resulta da construção, pelos agentes económicos, de uma estrutura de produção vinculada aos mercados internacionais, sem que a estrutura política possa romper com esta relação dependente pelo risco de se ficar relegado à estagnação (Martins e Valencia, 2001: 4). Para ultrapassar esta situação, Cardoso propôs a criação de um modelo político-económico que *“privilegie a centralidade do mercado na política, nas relações internacionais e no desenvolvimento económico”* (Martins e Valencia, 2001: 5).

Os dependentistas de inspiração weberiana alegam igualmente a necessidade de uma revolução em prol da modernidade e da procura de um nicho na economia internacional, caso contrário, *“terminarão no ‘pior mundo possível’* (Martins e Valencia, 2001: 4). Para Goldenstein (1998: 131), a autonomia transferiu-se dos fenómenos políticos internos para a esfera internacional, deixando aos países periféricos menos poder de decisão do que supunham. Este fenómeno tem-se acentuado com a globalização, sendo que esta, por sua vez, aprofunda a condição de dependência ao eliminar qualquer possibilidade de isolamento ou frustra qualquer tentativa de desenvolvimento autónomo através da criação de barreiras internas. Em particular, esta perda de controlo é notória nas regiões periféricas (Goldenstein, 1998: 131). Assim, num mundo onde o pragmatismo é o único instrumento de conciliação dos interesses nacionais com o avanço da globalização, a abertura das economias, a sua estabilização e privatização são requisitos fundamentais para reunir as condições internas para atrair capitais produtivos e, desta forma, conseguir disputar um lugar na economia internacional (Goldenstein, 1998: 133 e 134). Esta visão mais pragmática da dependência estende a sua análise à compreensão da globalização e admite que a mobilidade do capital internacional se traduz na vulnerabilidade dos Estados, bem como na criação de uma nova dependência onde *“os países perdem a capacidade de governabilidade para ajustarem as suas regras de câmbio, juros e de monitoramento da economia às demandas do mercado especulativo”* (Martins e Valencia, 2001: 7).

Assim, verificaram-se claramente alterações ao nível das dinâmicas inerentes à economia internacional. Mallon (1998) reconhece que o centro da economia mundial, hoje, transferiu-se dos países industrializados do norte para os mercados financeiros globais e que, na realidade, o próprio Estado tornou-se na verdadeira periferia desta relação. Por outro lado, Cardoso (1995: 149) considera que a interdependência contemporânea que vincula reciprocamente os Estados num contexto global estendeu a

dependência, não só às economias em desenvolvimento, mas também às economias desenvolvidas, em favor “*da novíssima forma de atuação do capital financeiro especulativo: o mercado de derivativos e os fluxos de “hot money”*”. A globalização, acrescenta Cardoso (1995: 151), não escolhe “*a identidade dos atingidos*”. Em verdade, o “centro” é hoje um espaço imaginário, difuso, e no qual os mercados internacionais, como agentes dianteiros e produtos da globalização, se constituem como elementos modeladores das dinâmicas que caracterizam as relações económicas internacionais.

Para Harvey (2006: 21), a expansão do imperialismo contemporâneo assenta na reprodução generalizada de processos predatórios de desapossamento. Na América do Sul, a implementação generalizada de políticas neoliberais durante a década de 1990 criou as condições para o “*land grab*” contemporâneo (Welch, 2012: 2). A terra e a consolidação da percepção desta como um bem transaccionável traduz-se hoje na,

“mercantilização e privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; conversão de várias formas de direito de propriedade – comum, coletiva, estatal – em direitos de propriedade exclusivos; supressão dos direitos aos bens comuns; transformação da força de trabalho em mercadoria e a supressão de formas de produção e consumo alternativos (indígena); (...) como um meio radical de acumulação primitiva” (Harvey, 2006: 22).

Neste contexto, tem vindo a desenvolver-se o conceito de “*land sovereignty*” que, juntamente com o conceito de “*land sovereignty*”, compõe este debate global em torno da questão da terra. Este debate é suportado por um conjunto de questões que, pela relevância internacional do “*land grab*” e carácter global dos seus efeitos, bem como do carácter transnacional dos seus agentes, se prefiguram como fundamentais para a compressão dos fenómenos de desenvolvimento nos países menos avançados. O estudo desta discussão tem vindo a consolidar-se sobre interrogações em torno de quem tem direito à terra, como deve ser esta usada e para que fins (Margulis, Mckeen e Borras Jr., 2013: 3).

Porque o conceito de “*land sovereignty*” se manifesta na esfera de oposição à mercantilização da terra, este tem vindo a cristalizar-se em torno do direito ao desenvolvimento. Neste sentido, a sua análise complementa o estudo contemporâneo das teorias da dependência que, desde a sua génese, se constituíram como elementos teóricos de compreensão das relações que sustentam o binómio desenvolvimento/subdesenvolvimento. Esta nova frente de contestação transnacional surge pela necessidade de construir “*a counter-narrative in reaction to the aggressive*

neoliberal 'land governance' perspective” (Borras Jr, Franco, Kay e Spoor, 2011: 48). Assim, enquanto a *“land governance”* se constituiu como uma visão de cima, a ideia de *“land sovereignty”* parte das bases populares para incluir os indivíduos no processo de construção desta nova soberania (Borras Jr, Franco, Kay e Spoor, 2011: 49).

De acordo com Borras Jr. e Franco (2012: 6), *“land sovereignty is the right of working peoples to have effective access to, use of, and control over land and the benefits of its use and occupation, where land is understood as resource, territory, and landscape”*. Este conceito tem vindo a ser construindo em torno de um conjunto de princípios que pretendem espelhar o desenvolvimento de uma nova alternativa conceptual que suporte a posição das classes trabalhadoras mais desfavorecidas (Borras Jr. e Franco, 2012: 6):

“1. Land sovereignty is the right of working peoples to have effective access to, use of, and control over land and the benefits of its use and occupation, where land is understood as resource, territory, and landscape.

2. Land sovereignty is both a call to action against a renewed corporate and (trans)national global push to enclose the commons and an assertion of the need for a people’s enclosure of the land; supporting working peoples and their human right to control over land.

3. Land sovereignty goes beyond viewing land just as a resource to also considering land as territory and as landscapes. This embraces struggles by indigenous movements, rural labourers, urban activists and social movements North and South who have sometimes been excluded by traditional land reform campaigns.

4. Land sovereignty embraces plural understanding of property rights - encompassing communal, community, state, and/or private property rights – privileging the commons without romanticising it; recognising the importance of state property while confronting the contradictory role of state in land conflicts.

5. Land sovereignty builds on redistributive land reform, looking to go beyond it by supporting land restitution for people who previously benefited from land reform have been displaced and dispossessed in more recent land grabs and by supporting other land policies whose redistributive content can be shaped through mass struggles: e.g. forest land reallocation policies, communitybased forest management, tenure reform and leasehold reform.

6. Land sovereignty connects with the popular demand and movements for food sovereignty allowing for a mutually reinforcing, synergistic interaction between them” (Borras Jr. e Franco, 2012: 1).

Subjacente a este conceito estão elementos-chave, como espaço, ecologia, território e identidade e que se manifestam num sentimento de pertença à terra (Borras Jr. e Franco, 2012: 6). Na América do Sul, a procura acrescida de terras desde 2008 vem provocando preocupações acrescidas em torno da gestão dos recursos naturais. De acordo com Borras Jr. Franco e Wang (2013: 162), uma parte considerável dos países na América do Sul tem legislação que limita a posse de terras nacionais. Essa posição foi tomada pelo governo brasileiro ainda durante a presidência Lula e, mais recentemente pelo Peru. No Paraguai, a discussão parlamentar em torno da implementação de legislação semelhante foi interrompida pelo golpe que afastou o presidente Lugo (Fritz, 2013: 3). Todavia, esta legislação não tem provido os resultados esperados. No Peru, a liberalização e “*estrangeirização*” dos capitais tem permitido a conclusão de grandes negócios agrícolas (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 22). Também na Colômbia as comunidades camponesas permanecem arredadas do acesso às terras mais férteis (Marin-Burgos, Lovett e Clancy, 2011: 10). Em consequência, verifica-se a transformação de território soberano numa mercadoria negociável nos mercados internacionais (Margulis, Mckeen e Borras Jr., 2013: 6).

Conotada a esta frente de oposição à expansão do “*land grab*” tem estado uma nova abordagem a que Narula (2013) chama de “*rights based approach*”, e em cuja representação se tem destacado o Relator Especial da ONU para o direito à alimentação. Para Borras Jr, Franco, Kay e Spoor (2011: 47 e 48), “*land sovereignty*” é um conceito cuja implementação pretende abrir caminho para a realização da soberania alimentar. A “*rights based approach*” parte da premissa de que os indivíduos têm, por inerência, direitos inalienáveis que não podem ser sacrificados em nome dos negócios agrícolas. Assim, porque a terra é vista como um instrumento de promoção dos direitos humanos, esta visão defende a implementação de estratégias que se baseiem na protecção do direito de certos grupos à posse da terra (Narula, 2013: 126 e 127). De forma a assegurar a observância dos direitos humanos associados à terra, o Relator Especial propôs, ainda antes da criação do RAI (*Principles for Responsible Agricultural Investment*) pelo Banco Mundial, os “*Minimum Human Rights Principles Applicable to Large-scale Land Acquisitions or Leases*”, também chamados de “onze princípios”:

- “1) Conduct investment negotiations in full transparency with the participation of host communities;
- 2) Consult with local populations prior to any shifts in land use, with a view towards obtaining their free, prior, and informed consent for the investment project;
- 3) Enact and enforce legislation that safeguards the rights of host communities;
- 4) Ensure that investment revenues are used for the benefit of local populations;
- 5) Adopt labor-intensive farming systems that maximize employment creation;
- 6) Adopt modes of agricultural production that respect the environment;
- 7) Ensure that investment agreements include clear obligations and predefined sanctions, with non-compliance determined by independent and participatory ex postimpact assessments;
- 8) Ensure that investment agreements require that a minimum percentage of food crops produced be sold locally;
- 9) Conduct participatory impact assessments prior to the completion of negotiations;
- 10) Comply with indigenous peoples’ rights under international law; and
- 11) Provide agricultural waged workers with adequate protection of their fundamental human and labor rights” (Narula, 2013: 130).

Os “onze princípios” distinguem-se do RAI pela prioridade que conferem à procura de processos de desenvolvimento alternativos que não envolvam transferências significativas dos direitos de propriedade sobre a terra. Além disso, estes princípios, por derivarem do direito à alimentação consagrado no Pacto Internacional para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, não são considerados voluntários. Contudo, a própria informação disponibilizada pelo Banco Mundial põe em causa o argumento que sustenta a apropriação de terras em nome do aumento da produção mundial de alimentos. Segundo dados publicados pelo Banco Mundial, o aumento recente da produção mundial de produtos agrícolas está concentrada em apenas oito matérias-primas agrícolas: soja, cana-de-açúcar, milho, óleo de palma, arroz, girassol, plantação de floresta para fins industriais e colza (Sauer e Leite, 2011: 2).

Subjacente a esta abordagem está, não só a crítica em relação à mercantilização da terra, bem como em relação ao próprio direito à alimentação. Santos (2014: 89-97) critica a trajectória da sociedade contemporânea, assente na passagem de uma economia

de mercado para uma sociedade de mercado que deriva da atribuição de preços aos valores e da subversão da própria finalidade da economia. Esta deixa de existir em prol da sociedade e o mercado torna-se um fim em si mesmo. No contexto do *“land grab”* e na reorientação dos recursos e meios de produção para os mercados internacionais, o direito à alimentação tem cada vez menos valor e cada vez mais preço, e encontra-se sujeito à *“inevitável lei da oferta e da procura”* bem como *“aos cálculos do lucro e dos custos de oportunidade”* (Santos, 2014: 89 e 90). Esta relativização e desvanecimento da fronteira entre valores e preços resulta na *“auto-destruição gradual e progressiva, auto-fágica e irracional do ambiente e da própria sociedade, mas que não faz sentido na perspectiva dos resultados em termos de mercado, de desenvolvimento e de crescimento económico”* (Santos, 2014: 92 e 93). Em consequência, sacrifica-se *“o valor do futuro e do longo prazo ao preço da gestão corrente do quotidiano, do presente e do curto prazo”* e *“em nome dos interesses actuais de alguns, hipoteca-se definitivamente o futuro de todos os outros”* (Santos, 2014: 96).

1.2. O institucionalismo neoliberal e o Banco Mundial: a terra como commodity

A visão em torno do conceito de *“land governance”* tem sido particularmente defendida pelas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial (Narula, 2013: 107). Enmark (2012: 4) define *“land governance”* como *“the policies, processes and institutions by which land, property and natural resources are managed. Land governance covers all activities associated with the management of land and natural resources that are required to fulfil political and social objectives and achieve sustainable development”*.

Como elemento estruturante da abordagem institucionalista-liberal, o conceito de *“governance”* indicia a relativização do papel do Estado, não obstante lhe seja atribuído o papel mais relevante nesta visão. Apesar da relevância dos Estados, os governos são apenas um dos agentes envolvidos nos processos de decisão. Desta perspectiva, a *“good governance”* da terra tem resultado na construção progressiva de um regime

internacional da terra, assente na criação de regras consensuais e sobre as quais recaem as expectativas e interesses dos actores envolvidos.

Perante as críticas existentes, o Banco Mundial admite que a não concretização das expectativas de desenvolvimento associadas a estes negócios pode “*result in conflict, environmental damage, and a resource curse that, although benefiting a few, could leave a legacy of inequality and resource degradation*” (Deininger, et al, 2011, xxv). Porém, esta abordagem salienta a importância dos investimentos agrícolas com base nos potenciais benefícios por estes gerados. O IFAD (2011: 4) revela que, apesar dos riscos existentes, existem evidências que atestam a existência de impactos positivos gerados por negócios agrícolas.

Considerando que hoje o “*land grab*” se insere numa narrativa contemporânea de desenvolvimento económico, a “*land governance*” é vista pelos seus apologistas como um motor de crescimento e desenvolvimento económico, bem como de incremento da produtividade agrícola, tão fundamental para países que sofrem de insegurança alimentar (Narula, 2013: 107). A expectativa em torno dos possíveis ganhos alcançáveis pela implementação de medidas de “*land governance*” não se esgota apenas nas perspectivas de desenvolvimento, mas permite reformular práticas culturais. Nos países menos avançados, as desigualdades sociais e económicas têm fortes raízes no sistema fundiário herdado das práticas coloniais. Na América do Sul, a excessiva concentração de terras impede o regular acesso a estas pelas populações mais desfavorecidas e fomenta a perpetuação das desigualdades. A implementação de mercados de terras, assentes numa lógica transparente e suportados por diversos instrumentos financeiros, permite romper com a tradição colonial e facilitar o acesso às terras (Deininger, Selod e Burns, 2012: 1). Além disso, uma fraca “*land governance*” permite a captura do Estado pelos interesses dos mais fortes que, por sua vez, obtêm uma posição privilegiada para dominar a competição por terras. Num cenário oposto, verifica-se uma gestão responsável dos benefícios gerados pela exploração da terra e os ganhos que dela advêm são distribuídos de forma equitativa (Palmer, et al, 2009: 11).

O Banco Mundial acrescenta que a implementação prática do conceito de “*land governance*” é fundamental, no contexto da agenda global para o desenvolvimento, para a concretização dos Objectivos para o Desenvolvimento do Milénio (ODM). De facto, os próprios ODM reforçam a importância da terra, em especial o primeiro que se propõe

a erradicar a fome e a pobreza extrema (Enmark, McLaren e van de Molen, 2009: 5). Na América do Sul, o Perú foi um dos países envolvidos pelo Banco Mundial num projecto internacional que pretende desenvolver uma estrutura institucional que avalie a implementação dos princípios subjacentes à ideia de “*land governance*”. Para o Banco Mundial, é imperativo que os países envolvidos sigam esta avaliação de forma a garantir uma melhor gestão da terra e das dinâmicas dela resultantes (Enmark, 2009:13 e 14).

Narula (2013: 108) estabelece uma distinção entre os “*influential international economic actors to land investments from the purely market-based*”. Se no segundo caso a motivação dos actores está exclusivamente orientada para o mercado, os primeiros distinguem-se pela atenção que dedicam à questão dos direitos e riscos associados aos investimentos agrícolas. A autora apelida esta abordagem de “*market plus approach*” (Narula, 2013: 107). Do ponto de vista dos direitos, esta visão argumenta que os direitos das comunidades podem ser salvaguardados através da criação de mercados bem regulados e da implementação de bons princípios de governação. Além disso, porque o foco desta visão permanece centrado no mercado, a terra é entendida como uma mercadoria transaccionável. Como tal, importa garantir a existência de regulação eficaz que garanta a prosperidade dos negócios associados à terra. Por consequência, baseando-se na consideração da terra como uma matéria-prima passível de ser transaccionada, esta visão concentra-se no avanço das suas premissas às terras consideradas disponíveis ou subaproveitadas (Narula, 2013: 108). No fundo, se a transacção de grandes volumes de terras for bem regulado, observa Narula (2013: 108), é possível alcançar um resultado *win-win* onde o investimento gera ganhos de soma positiva.

A expectativa em torno de ganhos para ambos os lados baseia-se na perspectiva de que os ganhos ou riqueza gerados serão superiores aos riscos ou impactos negativos existentes (Narula, 2013: 121). No fim, tais objectivos apenas serão alcançáveis através da existência de direitos de propriedade bem definidos (Borras Jr., Franco e Wang, 2013: 169), e na “*commodification*” da terra (Narula, 2013: 121). Tal transformação, argumenta uma vez mais Narula (2013: 122), permitirá gerar fluxos de investimento direccionados para os países em desenvolvimento e, em paralelo, possibilitará uma exploração mais eficiente da terra.

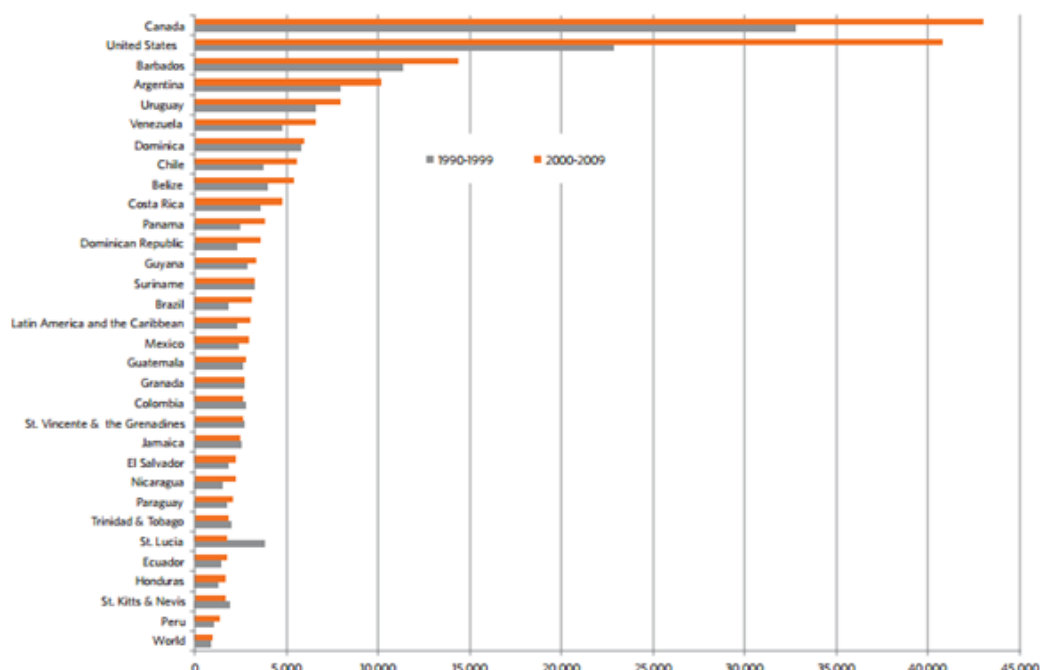
Uma vez mais, porque o fundamento desta visão é o mercado, a posse da terra baseia-se no binómio mercado/eficiência. Na prática, a distribuição de terras pelo Estado perde o seu fundamento com a existência de um mercado. A distribuição de terras fundamenta-se na obtenção das mesmas pelo produtor mais eficiente, de acordo com as regras associadas às transacções de uma matéria-prima num mercado livre (Narula, 2013: 144). Neste sentido, o direito à terra deve ser decidido pelo próprio mercado. Todavia, o Banco Mundial reconhece que o funcionamento dos mercados de terras está longe de perfeito devido à existência de títulos de propriedade dificilmente transaccionáveis, como os direitos costumeiros sobre a terra ou, como é o caso de vários países da América do Sul, devido à existência de reservas territoriais indígenas (Enmark, McLaren e van de Molen, 2009: 23).

De acordo com o Banco Mundial, *“helping countries reduce poverty and hunger by increasing agricultural productivity is at the core of the World Bank’s agenda”* (Deiniger et al, 2011: xv). De facto, considerando a fragilidade alimentar em que uma larga percentagem da população mundial actualmente vive, existe um conjunto de factores, como as alterações climáticas e a existência limitada de terra ou água, que colocam em causa as necessidades alimentares do presente e do futuro. Estes obstáculos, juntamente com o aumento da procura global de produtos alimentares, colocam a produção de alimentos numa posição vulnerável face à flutuação dos preços nos mercados. Assim, acrescenta Narula (2013: 122), é necessária uma revolução de produtividade, baseada no aumento dos investimentos no sector agrícola e na criação de sistemas de produção sustentáveis que permitam gerar ganhos de produtividade capazes de anular os choques nos mercados internacionais. Em simultâneo, de forma a criar as condições que acomodem as perspectivas de desenvolvimento em torno da entrada de capitais externos, é fundamental criar um bom ambiente para os negócios baseado na eliminação de barreiras aos investidores (Nalepa, 2011: 16). Como mostra o gráfico 1 (página seguinte), no contexto americano, a produtividade dos países sul-americanos continua bem abaixo da produtividade canadiana e norte-americanos. Aliás, o próprio Brasil, considerado uma potência agrícola está a meio da tabela.

No âmbito da regulação, o mercado surge de igual forma como um espaço onde é possível gerar um controlo voluntário e intrínseco às próprias acções dos seus agentes económicos. A ideia da auto-regulação tem sido uma das vertentes caracterizadoras da preponderância do Banco Mundial no contexto desta visão. Em 2010, o Banco Mundial,

Gráfico 1: Produtividade agrícola no continente americano 1990-2000; 2000-2009.

Valor agrícola acrescentado por trabalhador em dólares (valores constantes de 2000)



Fonte: CEPAL, FAO, e IICA (2012:33)

juntamente com a UN Food, a FAO, a UNCTAD e o International Food for Agricultural development (IFAD) adoptaram um conjunto de princípios denominado “*Principles for Responsible Agricultural Investment that Respects Rights, Livelihoods and Resources*” (RAI):

1. “Existing rights to land and associated natural resources are recognized and respected;
2. Investments do not jeopardize food security but rather strengthen it;
3. Processes for accessing land and other resources and then making associated investments are transparent, monitored, and ensure accountability by all stakeholders, within a proper business, legal, and regulatory environment.
4. All those materially affected are consulted, and agreements from consultations are recorded and enforced;
5. Investors ensure that projects respect the rule of law, reflect industry best practice, are viable economically, and result in durable shared value;
6. Investments generate desirable social and distributional impacts and do not increase vulnerability;

7. Environmental impacts due to a project are quantified and measures taken to encourage sustainable resource use while minimizing the risk/magnitude of negative impacts and mitigating them;” (Banco Mundial, 2010: 2-18).

À semelhança de outros códigos de conduta já existentes, o RAI tem um carácter voluntário e procura consituir-se como uma guia de boas práticas (Narula, 2013: 124). Quando considerada a terra como uma matéria-prima negociável, o fundamento do RAI assenta na construção de um ambiente económico, político e social que estimule os negócios de terras e mitigue os seus riscos (Narula, 2013: 124). Por outro lado, o desenvolvimento destes princípios assenta simultaneamente na ideia de que os investidores internacionais podem desempenhar um papel determinante no apoio aos pequenos agricultores locais (IFAD, 2011: 3). Ao RAI acresce ainda os “*voluntary guidelines on responsible governance of tenure of land and other natural resources*” promovidos pelo FAO, e que pretendem apoiar governos e agentes privados no reforço da implementação da “*land governance*” (IFAD, 2011: 8). Muitas críticas têm sido feitas às limitações que derivam do carácter voluntarista destes códigos de conduta. Contudo, considerando a rápida difusão global dos desafios associados a práticas menos correctas no contexto destes investimentos, urge implementar medidas que se constituam como uma primeira resposta a estes desafios. Para Liversage (2010: 9), o carácter voluntarista destes códigos de conduta é o caminho a seguir pois a regulação com carácter obrigatório é mais difícil de conseguir, de negociar, difícil de aplicar e tende a não produzir os melhores resultados.

A visão da “*land governance*” em torno dos impactos provocados pela aquisição de largas parcelas de terra coloca em causa a dimensão e natureza negativa destes efeitos. Esta abordagem sustenta a existência de vários factores, de natureza endógena ao próprio país e, como tal, muitas vezes fora do controlo dos investidores, que contribuem para a não concretização das perspectivas de ganhos repartidos associados aos investimentos em terras. Num primeiro momento, os meios de comunicação, a uma escala global, têm sido, nos últimos anos, os veículos motores do aprofundamento do debate em torno do “*land grab*” “*by bringing human rights abuses and reports of displacement into the international spotlight*” (Nalepa, 2011: 21). Contrariando o efeito benéfico desta denúncia, a dramatização destes negócios e das suas motivações “*does nothing to encourage the development of a more robust and nuanced picture of what is actually happening on the ground*” (Nalepa, 2011: 21), especialmente quando tem sido

regra descrever estes negócios como a reencarnação contemporânea do duelo entre David e Golias (Nalepa, 2011: 21). Em verdade, de acordo com o Deininger et al (2011: xiv), apenas em 21% dos negócios anunciados se iniciou a produção agrícola, o que leva a crer que a existência do alarmismo em torno da dimensão e volume dos negócios agrícolas por todo o mundo poderá não corresponder à verdade. Em certas situações, acrescenta o IFAD (2011: 4), estes valores são inferiores a 10%.

Por outro lado, a existência de externalidades cujos impactos se revelam nefastas para o desenvolvimento dos países em questão nem sempre residem inteiramente na esfera de responsabilidade dos investidores. Nalepa (2011: 23) observa que muitos países não têm linhas orientadoras que lhes permitam criteriosamente seleccionar os projectos que acrescentam valor às suas estratégias de desenvolvimento. Assim, as prioridades estabelecidas pelos Estados derivam das exigências definidas pelos investidores *ad hoc* que, associadas à falta de visão poderão abrir espaço para a entrada de investidores com intenções predatórias. Num estudo recente, o Fundo Monetário Internacional concluiu que a atenção dos investidores internacionais tende a concentrar-se, de facto, nos países onde os níveis de “*land governance*” são baixos (Arezki, Deininger e Selod, 2011: 4). A própria legitimidade de alguns negócios é passível de ser questionada considerando que muitos negócios resultam de relações promíscuas entre governos corruptos e investidores (IFAD, 2011: 4).

Assim, “*the response to ‘land grabbing’ needs to look more broadly at strengthening transparent, accountable and accessible land administration institutions that protect the rights of vulnerable people against all land grabs*” (IFAD, 2011: 5). No fundo, a ideia de “*land governance*” pretende estabelecer a ideia de que os grandes negócios agrícolas são positivos e que, na existência de impactos negativos estes devem ser resolvidos pela implementação de medidas de boa governação (Borras Jr., Franco e Wang, 2013: 169).

III – Capítulo II – O land grab contemporâneo na América do Sul e as suas múltiplas dimensões

2.1. O land grab contemporâneo desde 2008

2.1.1. Dinâmicas

Durante anos considerada como uma “*sunset industry*” (Arezki, Deiniger e Selod, 2011: 3), desde 2008, o sector agrícola alcançou um mediatismo mundial significativo pelo volume, dimensão e natureza dos negócios agrícolas que se verificaram desde então (Fernandes, 2012: 205). Actualmente, o “*land grab*” na América do Sul é marcado por um conjunto de tendências que colocam a sub-região como parte integrante do “*land grab*” enquanto fenómeno global, mas que, ao mesmo tempo, a definem como um espaço regional onde o fenómeno se revela com características diferentes (Borras Jr, Franco, Kay e Spoor, 2011).

A legitimação destes negócios tem sido suportada por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, e assenta na construção de um novo discurso alarmista que, com a crise alimentar de 2007, levantou um conjunto de questões em torno da suficiência da produção agrícola mundial actual face às perspectivas de aumento da população mundial. Ao mesmo tempo, este discurso tem-se estendido ao debate contemporâneo em torno dos processos de desenvolvimento económico. Na realidade, esta narrativa desenvolvimentista liberal não é recente. As suas origens remontam à década de 1980 quando, por influência das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, os Estados apoiados foram pressionados a abdicar da sua intervenção na gestão e condução da actividade económica, bem como a abrir a sua economia aos mercados internacionais e aos fluxos de capitais externos. Para além da esfera multilateral, estas pressões vieram igualmente do sector privado, como o Clube de Londres. Em resposta, os países em desenvolvimento aceitaram a entrada de investimentos externos que, por sua vez, se concentraram na aquisição de terras, nas indústrias extractivas e, mais recentemente, na agricultura por contracto (*contract farming*) orientada para os mercados internacionais e para o fornecimento de matérias-primas às empresas transnacionais (Spieldoch e Murphy, 2009: 41). Assim, a imagem associada a estes novos negócios agrícolas tem vindo a ser moldada de forma a serem acolhidos como oportunidades de desenvolvimento. Para Sauer (n.d.: 5), a apologia do discurso do bem comum oculta a apropriação indevida e ilegal de terras. Para Fernandes (2013: 142), os defensores da

agricultura capitalista persistem em vender a ideia de que o seu modelo de desenvolvimento é o único possível.

Longe do fenómeno de apropriação se limitar ao *“land grab”*, verificam-se igualmente na região *“commodity grabs”* (apropriação de bens e ganhos nas cadeias de valor) e *“green grabs”*, ou seja, *“land grabs”* realizados a pretexto da protecção do ambiente (Frairhead, Leach e Scoones, 2012). Esta concentração de terra e capital tende a ocorrer nos sectores alimentar e não-alimentar com a expansão do cultivo das chamadas *“flex-crops”* (culturas agrícolas que servem múltiplas finalidades, como a alimentação humana, animal ou produção de agro-combustíveis), bem como a aquisição de terras para a plantação massiva de florestas com propósitos industriais ou ambientais. Em particular, os mecanismos internacionais existentes para o combate às alterações climáticas têm favorecido a disseminação do *“land grab”* na América do Sul (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 23), como é o caso da criação, em 2008, do programa das Nações Unidas *“Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation”* (REDD) (Moreno, 2012: 76). Como resultado, a concentração do *“land grab”* em torno das *“flex-crops”* e do sector não alimentar constitui-se como uma realidade factual que contraria toda argumentação em torno do aumento da procura terras como resultado da crise alimentar de 2007. Mais ainda, o desenvolvimento do sector das *“flex-crops”* tem vindo a ser progressivamente considerado como uma área de investimento segura para os investidores se se considerar que uma parte relevante do capital envolvido nestes negócios é proveniente de paraísos fiscais (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 10, 18 e 23).

Por oposição às restantes regiões do mundo onde se constata a proliferação do *“land grab”*, a América do Sul demarca-se destas pela não verificação do aumento da insegurança alimentar nos países receptores dos negócios, bem como pela inexistência de desalojamentos massivos generalizados por toda a região (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 33). Todavia, verificam-se casos que, embora pontuais, são consideravelmente significativos, como o colombiano onde as terras perdidas pelos camponeses devido ao conflito com as FARC têm sido concessionadas a empresas locais e transnacionais para a produção de agro-combustíveis (Moreno, 2012: 116; Marin-Burgos, Lovett e Clancy, 2011: 12 e 13). Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, (2011: 33) salientam que, até ao momento foram desalojadas 5,1 milhões de pessoas numa área agrícola de 6,6 milhões de hectares, especialmente na Colômbia e, em menor dimensão,

no Paraguai e na Argentina. Porém, a interpretação do “*land grab*” não se deve limitar à ideia, em si redutora, de que o desapossamento das terras pertencentes às comunidades locais se faz pelo recurso à força. Para Fritz (2013: 2), “*these violent forms are today complemented by much more sophisticated forms of territorial control, which formally respect human rights and constitutional norms and do not necessarily involve land transfers (e.g., contract farming and REDD)*”.

Por ultimo, na América do Sul, a maioria das terras negociadas são privadas, ao contrário daquilo que é frequente em África ou no Sudeste Asiático onde as terras adquiridas pelos investidores são propriedade pública (CEPAL, FAO e IICA, 2013: 118). Apesar disso, como acontece no Brasil, onde a classe política utiliza os meios públicos ao seu dispor em favor da aquisição e concentração de terras, em especial na Amazónia (Castilho, 2012: 41 e 59), o negócio da terra na América do Sul assenta numa fronteira particularmente ténue e promíscua entre o público e o privado.

2.1.2. Agentes

O carácter difuso do “*land grab*” denota o envolvimento de múltiplos actores, nacionais e transnacionais, públicos e privados, e cuja origem nem sempre é possível definir. De acordo com o estudo desenvolvido por Borras Jr., Franco, Kay e Spoor (2011: 6), existem quatro tipos de “*land grabbers*” quanto à sua proveniência, nomeadamente, internacional, “*(trans)latina*”, nacional e um último de origem não determinada cuja proveniência é difícil de determinar por estarem baseados em paraísos fiscais (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 6)..

Os investidores internacionais podem ter origem privada ou estatal, muito embora a presença de investidores governamentais na América do Sul seja marginal quando comparada com a escala a que se assiste, por exemplo, no continente africano. Mais ainda, Hallam (2009: 31) acrescenta que os investidores privados são frequentemente financiados por mecanismos financeiros públicos, o que leva à dificuldade em separar a esfera pública da privada nestes negócios.

Contudo, os investidores transnacionais têm tido um envolvimento substancialmente mais activo. Estes investidores são oriundos de países como Portugal, Espanha, Itália, Alemanha, EUA ou Canadá. Um investidor que se destaca no panorama português é a

empresa Rio Forte do recentemente extinto Grupo Espírito Santo. No Brasil, a empresa possui uma área de cerca de 25 mil hectares de terra divididos entre São Paulo e Tocantins. No Paraguai, a Rio Forte é proprietária de 135 mil hectares de terra (Rio Forte, 2010). Alguns investidores, como a United Colours of Benetton na Argentina, estão directamente envolvidos no “*land grab*” sul-americano, enquanto outros têm optado por um envolvimento indirecto através dos chamados “*commodity grabs*” que permitem a apropriação dos ganhos nas cadeias de valor. Dentro do universo de agentes privados, importa salientar a proeminência de entidades financeiras cujo envolvimento tem sido bastante significativo mas simultaneamente discreto. De acordo com um relatório publicado por seis ONG’s europeias, (Merian Research e CRBM, n.d., 6), entidades financeiras como “*JP Morgan Chase, Société Générale, Goldman Sachs*”, “*McKinsey, Merrill Lynch, acting as wirepullers in launching their private equity funds in order to grab land in Africa, South America, Eastern Europe or Russia*”. Conforme a tabela 1 na página seguinte, as colunas do lado esquerdo mostram que os investidores envolvidos na América do Sul têm uma proveniência global e podem ser privados ou públicos. Já nas colunas da direita, é perceptível que os países sul-americanos têm sido particularmente visados pelos capitais internacionais para a produção de um restrito número de produtos.

Apesar da importante relevância dos agentes transnacionais, os investidores “*(trans)latinos*” constituem-se hoje como um dos elementos de maior destaque na análise do “*land grab*” na América do Sul. Estes investidores podem ter origem num só país da sub-região ou fazerem parte de um grupo mais alargado, e cujos membros se dividem por diversos países da América do Sul. Por exemplo, os investidores brasileiros têm investido significativamente na produção de soja no Paraguai e na Bolívia, assim como os chilenos têm investido consideravelmente na Argentina. Actualmente, 43% da soja produzida na Bolívia é controlada por mãos estrangeiras e uma parte significativa das terras agrícolas do país é propriedade de investidores brasileiros (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 26 e 28; Mackey, 2011: 1). Aliás, Mackey (2011: 1 e 3) fala mesmo na globalização da agricultura brasileira e na “*brasileirização*” da agricultura boliviana.

³ Para uma melhor compreensão do papel do Goldman Sachs na reformulação e controlo do regime alimentar mundial, ver “How Goldman Sachs created the food crisis”, in: http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/04/27/how_goldman_sachs_created_the_food_crisis

Apesar da generalização do debate em torno da “estrangeirização” da terra por toda a América do Sul, as elites internas são, na realidade, os maiores investidores no sector agrícola. A importância destas elites foi reforçada com a adopção de legislação que impedia ou limitava a aquisição de terra por estrangeiros. Com este constrangimento, as elites internas passaram a ser o ele intermediário entre os investidores transnacionais e a aquisição de terras que, embora legalmente proprietárias da terra, poderão não ser as proprietárias de facto (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 28 e 29). Esta realidade é particularmente notória em países como o Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Equador. Oliveira (2010: 103) considera que, no Brasil, a introdução dos limites legais à

Tabela 1: Actores envolvidos na aquisição de terras agrícolas na América do Sul

Countries	Who are they?	Countries of destination	Types of production
	Government, private sector	South America	Soy
China	Suntime International Techno-Economic Cooperation	Cuba Mexico South America	Rice
Gulf Countries	Government to government	Brazil	Basic foods
India	Private sector	Argentina Uruguay Paraguay Brazil	Oilseeds, legumes, possibly cereals and ethanol
	Mitsui	Brazil	Soy, corn
Japan	Private sector	South America	
Saudi Arabia	Government, private sector		Food
South Korea	Government	Argentina	Cattle
United Arab Emirates	Government to government	South America	Food
	Dexion Capital (United Kingdom)	Latin America	
Financial groups	International Finance Corporation (World Bank)	Argentina Brazil Paraguay Uruguay	
	Louis Dreyfus (Holland)		
	Calyx Agro (subsidiary of Louis Dreyfus)	Argentina Brazil Southern Cone	Soy, corn, cotton, possibly cattle

Fonte: Bravo (2011: 24)

compra de terras por estrangeiros foi uma verdadeira ilusão criada pela presidência Lula para favorecer as elites ruralistas pois, “*os maiores latifundiários do mundo*

moram ao lado de nós brasileiros e são brasileiros”. E, para Castilho (2012: 21), os maiores latifundiários do país estão entre as elites políticas.

Neste universo de actores, o Estado existe com elemento fundamental na definição destes negócios. O Estado pode agir em favor da entrada de investidores externos, assim como pode apoiar as empresas nacionais a investirem no exterior (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 29), como é o caso do governo brasileiro que, através do BNDES tem activamente apoiado os agricultores brasileiros a expandirem as suas actividades em países estrangeiros (Moreno, 2012: 123). Gudynas (2013: 66) acrescenta que o Estado contemporâneo na América do Sul *“permite e apoia dinâmicas próprias de uma economia capitalista, permitindo intensa apropriação da natureza”* e que a actual maré progressista que se vive na sub-região *“é útil para este capitalismo que se assenta na apropriação de recursos naturais para destiná-los à globalização”*. Na América do Sul, os Estados têm estado activamente envolvidos na reformulação daquilo que é entendido como “terras marginais” através de *“(i) invention/justification, (ii) definition, reclassification, quantification, (iii) identification, (iv) acquisition/appropriation and (v) reallocation/disposition of these lands”* de forma a favorecerem a continuidade destes negócios (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 29).

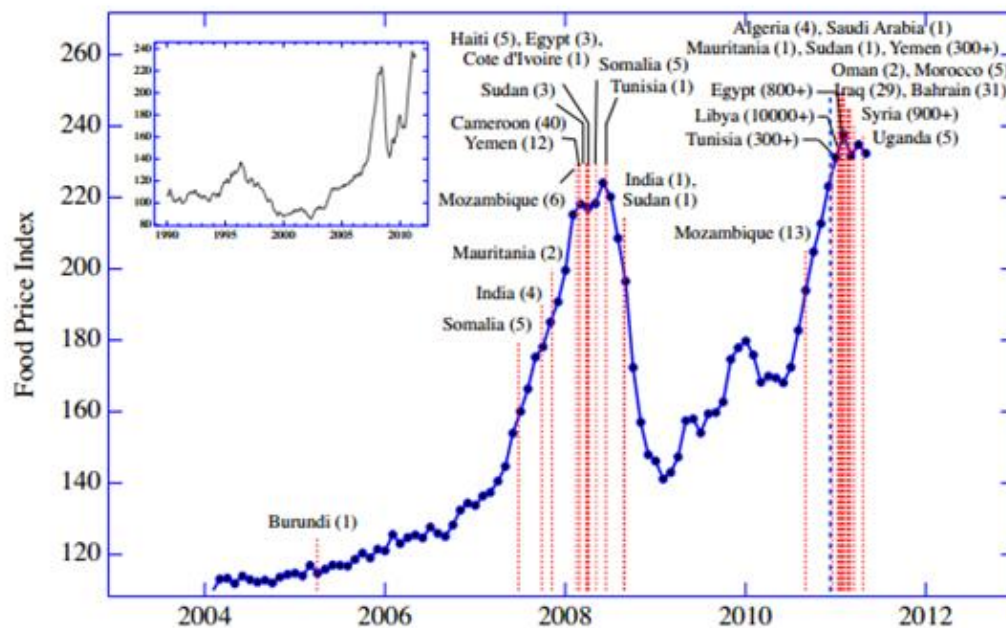
Por outro lado, sob o lema da *“land governance”*, a transnacionalização dos desafios suscitados pela crescente complexidade destes negócios e, por consequência, das suas implicações, tem levado à transferência da autoridade estatal para organizações internacionais, bem como para agentes não-estatais entre a sociedade civil internacional, e fomentado *“the rise of non-state authority”* (Margulis, McKeon e Borras Jr., 2013: 8 e 9). A agenda desta nova esfera de regulação é hoje caracterizada por um conjunto de tendências, nomeadamente, *“regulate to facilitate land deals; regulate to mitigate negative impacts and maximize opportunities; and regulate to stop and rollback land grabbing”* (Margulis, McKeon e Borras Jr., 2013: 10).

Assim, a existência de múltiplos agentes com diferentes motivações e origens mostram a crescente globalização do fenómeno. Ao mesmo tempo, o envolvimento interdependente entre agentes internacionais e elites internas evidencia esta aliança entre as oligarquias internas e o capital internacional.

2.1.3. Motivações

A crise alimentar de 2007 veio aprofundar as fragilidades económicas e sociais dos países cujas condições geográficas e populacionais colocam uma elevada pressão na procura de produtos alimentares. Países como os Estados do Golfo Pérsico, que devido a adversidades naturais, assim como países como a Índia, a China, a Coreia do Sul ou até mesmo Singapura, que pela sua elevada população, diminuto território ou escassez de meios produtivos (solos ou água) vivem permanentemente dependentes do exterior para garantir o fornecimento de alimentos têm participado activamente na aquisição de terras em todo o mundo. Com a crise alimentar, o aumento dos preços dos alimentos, provocou receios em torno da estabilidade interna destes países. Desde então, vários países têm tentado solucionar esta fragilidade através da aquisição de vastas extensões de terra, em particular no continente africano (Hallam, 2009: 27). No gráfico 2 verifica-se uma coincidência entre os picos dos preços dos alimentos nos mercados internacionais desde 2004 a 2012 e a existência de convulsões sociais. O pico de 2011, onde se verificaram várias manifestações nos países do Médio Oriente, tem uma particular importância pois permite compreender a associação entre o encarecimento dos produtos alimentares e a vaga de revoltas populares em toda a região que ficou conhecida por Primavera Árabe.

Gráfico 2: Relação temporal entre manifestações populares e o aumento dos preços dos produtos alimentares



Fonte: Lagi, Bertrand e Bar-Yam (2011: 3)

Por outro lado, a crise financeira, cujos sintomas se manifestaram logo em 2007 e se agudizaram em 2008, provocou uma desconfiança generalizada em relação ao sector financeiro. Em resultado, muitos investidores procuraram diversificar os seus investimentos e concentrá-los em sectores mais seguros. Com a escassez internacional de *stocks* agrícolas, a aposta no sector agro-alimentar revelou-se a alternativa aos mercados de capitais e, com a base nas previsões de aumento internacional da procura, não só de alimentos bem como de terras agrícolas, as perspectivas de elevada rentabilidade tornaram-se no argumento-motor de uma nova vaga de negócios agrícolas (Hallam, 2009: 31). Em simultâneo, a crise energética despertou uma nova atenção sobre a produção de agro-combustíveis, especialmente na América do Sul onde o apoio e financiamento governamentais à produção de agro-combustíveis conduziu ao aumento dos investimentos no sector por capitais estrangeiros e também nacionais.

No seu conjunto, os actores envolvidos no “*land grab*” na América do Sul são movidos por um conjunto de motivações que, embora diferentes, confluem nas finalidades e efeitos. Na sua génese, o “*land grab*” resulta de uma alteração significativa na lógica de investimento dos investidores como resultado da fragilização do sector financeiro internacional após a crise de 2008. De acordo com com Arezki, Deiniger e Selod (2011: 3), os investidores são guiados por questões económicas,

desconfiança em relação aos mercados, preocupações em torno da estabilidade política, bem como na especulação em torno do aumento da procura de terra e de produtos agrícolas alimentares e não alimentares, ou na expectativa de ganhos provenientes da prestação de serviços ambientais através da plantação de florestas para sequestro de carbono. Como defende Brown (2011), a produção de alimentos é o novo petróleo.

Magdoff (2013: 4) vai mais longe e considera que os acordos internacionais de comércio, a abertura do sul global ao investimento estrangeiro, o crescimento globalizado da especulação financeira, o aumento dos preços dos alimentos em combinação com as alterações climáticas, as políticas europeias e norte-americanas de favorecimento da produção de agro-combustíveis e o esgotamento dos aquíferos nas principais regiões agrícolas expande este horizonte de motivações a um novo conjunto de fenómenos que acentuam a complexidade do *“land grab”*.

Considerando estas motivações e inserindo-as na ordem económica internacional contemporânea, marcada pela apologia à abertura de mercados e aprofundamento dos processos que dão corpo à globalização, criam-se assim as condições necessárias para a continuidade destes negócios.

2.1.4. Dimensões

Conhecer a real dimensão do *“land grab”*, não só na América do Sul, mas em todo o mundo, não é uma tarefa fácil. Por um lado, estes negócios realizam-se frequentemente em países pouco transparentes e onde a corrupção é endémica. No Brasil, considera Castilho (2012: 53), o negócio de terras é *“um terreno obscuro, à mercê de casuísmos”*. Também recentemente, em 2013, o embaixador colombiano em Washington demitiu-se depois de conhecida a sua tentativa de favorecimento na aquisição de 130 mil hectares de terra na Colômbia pela norte-americana Cargill (Magdoff, 2013: 1). Em consequência, a informação oficial quanto à dimensão do fenómeno ou mesmo a real extensão dos impactos nem sempre poderá corresponder à realidade (Liversage, 2011: 4). Além disso, porque parte significativa do estudo contemporâneo do *“land grab”* se centra nos negócios de grandes dimensões, os pequenos negócios, mas igualmente perversos, são por vezes ignorados (Liversage, 2011: 4). Em simultâneo, pelo carácter

metamórfico e volátil do “*land grab*”, persistem dificuldades, igualmente sentidas nesta análise, na diferenciação entre aquilo que é um “*land grab*” e, por oposição, aquilo que é uma compra de terras legítima e legal. Mesmo em relação àquilo que se entende como uma “grande” aquisição de terras existem dúvidas. Para a FAO, um grande negócio verifica-se numa aquisição superior a 1000 hectares de terras, enquanto que para a *Land Matrix Partnership*, essa definição começa nos 200 hectares (Fritz, 2013: 2). Além disso, pelas múltiplas faces do “*land grab*”, como já referido por Borras Jr., Franco, Kay e Spoor (2011), podem verificar-se “*land grabs*” sem haver necessariamente uma venda da terra (Fritz, 2013: 2). Assim, a informação existente não é a mais clara e podem verificar-se discrepâncias consideráveis.

No contexto regional, a América Latina e as Caraíbas possuem 132 milhões de hectares de terra (28%) dos 445 milhões de hectares considerados como terras marginais em todo o mundo. Em particular, na América do Sul espera-se que até 2050 se verifique um aumento em 50% da terra cultivada, sendo que se prevê que 70% deste valor virá de áreas desflorestadas e drenagem de zonas húmidas (Barbier, 2003: 7). Neste contexto, o Brasil e a Argentina destacam-se pelo número de negócios de terras registados devido ao elevado nível de desenvolvimento das suas cadeias de produção agrícola (Anseeuw, et al, 2012: 10). Entre 2000 e 2012, de acordo com as informações existentes no portal *Land Matrix* e referidas por Provost (2012), o Brasil contou 61 negócios que envolveram 3 871 824 hectares de terras, a Argentina registou 22 negócios com um volume de 1 505 020 hectares, o Peru registou 26 negócios com um valor de 571 900 hectares, a Colômbia registou 14 negócios que envolveram 420 820 hectares, a Bolívia registou a transacção de 37 156 hectares em apenas 4 negócios, o Chile registou a transacção de 1400 hectares em apenas 2 negócios e o Suriname registou 2 negócios que envolveram 1073 hectares. Pelos números aqui expostos percebe-se como a acumulação de grandes extensões de terras se verifica num pequeno de proprietários. A Benetton é um claro exemplo. Desde 1991, a empresa italiana é proprietária de 900 mil hectares de terra na Patagónia argentina que fornecem 20% da lã utilizada pela empresa. Todavia, importa notar o conflito existente entre a empresa e os índios Mapuche que reclamam a terra como historicamente sua (Helft e Raszewski, 2005).

2.2. As implicações geopolíticas do “*land grab*”

O aprofundamento do debate em torno do “*land grab*” estende-se igualmente ao campo geopolítico pela consolidação de um conjunto de dinâmicas inerentes ao “*land grab*” como desafios à própria estabilidade internacional. Estas tendências, embora resultem de um fenómeno velho com roupagens novas, não são recentes. Na realidade, os desafios suscitados pelo “*land grab*” há muito que marcam a agenda internacional.

Como evidência mais notória, o grande risco associado ao *land grab* é a segurança alimentar. Devido à competição internacional pela atracção de investimentos, vários países permitem excepções contractuais que impedem a existência de barreiras às exportações dos produtos mesmo em períodos de crise alimentar interna (Hallam, 2009: 36). Por outro lado, a crescente escassez de recursos naturais ou “*environmental scarcities*”, nas palavras de Homer-Dixon (1994: 6), “*are already contributing to violent conflicts in many parts of the developing world*”.

Como produto da globalização, o “*land grab*” assenta numa lógica de desterritorialização que desafia a lógica soberana do Estado vestefaliano. Por um lado, o “*land grab*” contemporâneo resulta da livre circulação de capitais, da rarefacção das fronteiras nacionais, da abertura das economias aos mercados e comércio internacionais e da consolidação do liberalismo como narrativa prevalecente na economia internacional. Neste contexto, os investidores movem os seus activos de acordo com as suas preferências ou perspectivas de ganhos dentro da economia internacional. Ao mesmo tempo, a liberdade de circulação de capitais tem vindo a permitir a diversificação dos mecanismos financeiros através dos quais se processam os investimentos agrícolas. Os paraísos fiscais persistem como elementos perturbadores da ordem económica internacional e constituem-se como esferas de imunidade face ao controlo dos Estados. De acordo com Borrás Jr, Franco, Kay e Spoor (2011: 6), vários investimentos agrícolas na América do Sul têm tido a sua proveniência de paraísos fiscais situados em países da região, como o Panamá ou as Ilhas Caimão.

Ao mesmo tempo, esta lógica de desterritorialização tem permitido a afirmação do “*land grab*” como um paradoxo da soberania dos Estados. Margulis, Mckeen e Borrás Jr. (2013: 11) baseiam-se nos trabalhos de Saskia Sassen e argumentam que enquanto os Estados facilitam a expansão do “*land grab*”, “*in the very same instance they are*

ceding territorial sovereignty”. No Brasil, Oliveira (2010: 5) fala mesmo na internacionalização da Amazônia.

O estudo do *“land grab”* enquanto fenómeno político tem vindo a demonstrar a particular coincidência do mapa global do *“land grab”* com os chamados Estados frágeis. Na realidade, os investidores têm revelado um particular interesse nos Estados com fraca governação do sector agrícola (Arezki, Deiniger e Selod, 2011: 4), o que *“demonstrates how unequal power among parties can play out in creating unfair rules”* (Spieldoch e Murphy, 2009: 44). Porém, apesar desta ser uma realidade evidente em países da África sub-sariana, não é possível comparar países como a República Democrática do Congo ao Brasil ou à Argentina (Borras Jr. Franco, Kay e Spoor, 2011: 5). Mesmo a Colômbia, um país que até há bem pouco tempo se debatia com sérias dificuldades internas devido aos confrontos com milícias armadas, tem vindo a ser reconhecida internacional como um Estado estável.

Por outro lado, o aumento da procura de terras na sub-região, e o envolvimento de agentes externos nestes negócios tem vindo a disseminar por a toda a América do Sul receios em torno da *“estrangeirização”* da terra devido à sua conotação com as práticas coloniais (Kugelman, 2009: 16). No Brasil, esta apreensão adquiriu uma particular sensibilidade política pelo aumento da presença da China, dos países do Golfo Pérsico e da Coreia do Sul nas terras do Cerrado (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 34). Em resultado, muitos países da sub-região hoje têm legislação que impõe controlo estatal sobre a compra de terras de estrangeiros.

Na América do Sul, os desafios suscitados pelo *“land grab”* têm sido particularmente relevantes junto às fronteiras. Nos últimos anos, alguns países sul-americanos aprovaram legislação que proíbe a existência de investimentos estrangeiros a menos de 50 km da fronteira devido às implicações geopolíticas que tais negócios podem ter para a segurança nacional. No Paraguai, muitos investidores têm optado estrategicamente pela aquisição de terras junto às fronteiras brasileira ou argentina de forma a beneficiarem das infra-estruturas logísticas ali existentes, e assim limitando o controlo do Estado paraguaio sobre essas actividades. Também no Paraguai tem vindo a agudizar-se as tensões entre as populações locais e os agricultores brasileiros, conhecidos por *“brasiguaios”*, em torno da aquisição de terras por brasileiros junto à fronteira (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 20).

Em simultâneo, esta corrida global por terras tem levado à reconfiguração do paradigma de produção, distribuição e consumo na região. Se até há pouco tempo a sub-região prevalecia como um espaço de intervenção tradicional das antigas potências coloniais europeias, bem como dos EUA, verifica-se actualmente um aumento da presença dos BRICS na sub-região, em particular a China e o Brasil, e de outros países de rendimento médio (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2011: 26).

As lógicas extractiva e intensiva associadas ao “*land grab*”, mas também aos “*water grabs*”, têm vindo a suscitar receios significativos em torno da sustentabilidade dos solos e aquíferos. Devido a práticas de exploração intensiva dos solos, no total, anualmente são perdidas 75 mil milhões de toneladas de solo. Globalmente, cerca de 80% de toda a terra arável existente no mundo encontra-se num estado de erosão moderada a severa (Hough, 2010). Na literatura académica vários estudos têm vindo a alertar para os riscos de erosão e exaustão dos solos associados à agricultura intensiva (Montgomery, 2007a; 2007b, 2012; Scherr e Yadav, 1997; Oldman, 1992; 1998; 2000), e que se traduzem na ideia de que “*modern society risks repeating mistakes that hastened the demise of past civilizations*” (Montgomery, 2007a: 2). De acordo com Scherr e Yadav (1997: 1), a América Latina, juntamente com o continente africano, são as duas regiões do mundo onde se verifica a maior degradação dos solos agrícolas. Scherr e Yadav (1997: 2 e 3) acrescentam que, na América do Sul, as preocupações têm vindo a coincidir em torno da erosão dos solos (cerrado brasileiro), salinização dos solos pela irrigação intensiva (vales da cordilheira andina), poluição agro-química (Bolívia), ou desflorestação para fins agrícolas (Equador e Colômbia).

As lógicas produtivista e aglomeradora da agricultura industrial têm estado igualmente associadas à criação de movimentos migratórios que resultam do desapossamento das pequenas comunidades rurais em favor da concentração de terras e extracção eficiente dos recursos. Welch (2012: 12) nota igualmente que a privatização, estrangeirização e concentração de terras na América do Sul no pós-guerra resultou na relação entre o aumento dos níveis de pobreza e migrações urbanas.

Longe de se limitar ao espaço geopolítico sul-americano, os impactos da agricultura industrial ao nível das alterações climáticas são hoje um desafio global. De acordo com Barker (2007: 11) a agricultura industrial é responsável por 25% das emissões mundiais de dióxido de carbono. Além do mais, com a globalização da agricultura industrial, esta

tornou-se num sector intensivo em energia fóssil. Deffeyes (2001), que defende a saturação e inviabilidade do modelo energético contemporâneo baseado nos combustíveis fósseis, estabelece uma relação entre o sistema energético vigente e a volatilidade dos preços dos produtos agrícolas nos mercados internacionais. De facto, *“food prices are up sharply because modern agriculture is an energy-intensive business”* (Deffeyes, 2001: ix). Além do mais, com o advento do famoso “peak oil”, *“the entire global industrial agriculture system could be threatened with collapse, as it will not be able to maintain long distance shipping in the face of increasingly high energy costs”* (Barker, 2007: 11).

Ainda durante a Guerra Fria, Gyorgy, Gibbs e Jordan (1970: 320) salientavam a existência de riscos para a estabilidade internacional caso se mantivesse a incapacidade de criar meios económicos e éticos que permitissem a igual distribuição dos benefícios disponibilizados pela ciência, tecnologia e agricultura. Também hoje, *“if this is not accomplished, then mankind can look forward to more turmoil, dissension, and violence”* (Gyorgy, Gibbs e Jordan, 1970: 320).

2.3.A importância da terra e as oligarquias agro-exportadoras

A compreensão da importância da terra na América do Sul é primordial para entender as dinâmicas associadas ao *“land grab”* na região. Ao longo da história, a questão agrária esteve sempre associada às disputas pela terra (Fernandes, 2013: 22) e cimentou uma cultura onde a terra é simultaneamente vista como um instrumento de conflito e de poder.

Na esfera interna, o conflito tende a concentra-se entre os grandes proprietários e as populações rurais sem terra ou com acesso muito limitado a esta (Wiarda e Kline, 2007: 42). No Brasil, esta tensão tem sido particularmente tensa entre os latifundiários e as comunidades indígenas. Para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), os grandes latifundiários estão poder detrás das políticas que têm promovido a precarização das comunidades indígenas (Watts, 2013). Em oposição, o congressista Nilson Leitão afirmou que, *“if 100,000 producers invade Brasilia, there will be a civil war ... The government does not have the right to transform Brazil into an indigenous nation, it*

cannot be at the same time an Indian reserve and an agricultural power” (Watts, 2013). O outro lado desta conflitualidade está no confronto entre os grandes proprietários e os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e distribuição equitativa das terras. Uma vez mais, o Brasil é um claro exemplo com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), surgido no final dos anos 1970 (Mocelin, 2009: 67).

Porém, ao nível internacional, esta conflitualidade está associada à procura de terras por investidores estrangeiros. Contudo, esta animosidade difere de acordo com os interesses. As elites agrárias, historicamente associadas aos capitais estrangeiros, moderam este debate em torno da presença estrangeira de acordo com os seus interesses; por oposição, as populações rurais tendem a percepcionar o avanço da estrangeirização como uma ameaça. No Peru, surgiram conflitos intensos entre a polícia e manifestantes devido ao acordo de livre comércio celebrado com os EUA no mandato do presidente Alan Garcia e que, segundo os críticos, viria facilitar a aquisição de terras peruanas na região amazónica por empresas norte-americanas. O acordo previa um regime especial para a aquisição de terras não-produtivas mas, na realidade, as terras em questão eram território indígena (Barrera-Hernández, 2009).

Todavia, esta ideia de controlo implica visões diferentes em torno da terra. Para Sauer (n.d.) existe, na América do Sul, um vínculo claro entre a identidade e a terra. Como defende Fernandes (2012: 207), o indivíduo não existe sem o território. Por outro lado, as oligarquias latifundiárias, também apelidadas pelos dependentistas por “classe compradora” (Fritz, 2013: 3), criaram, desde os primórdios das independências sul-americanas, uma associação histórica entre a terra e o poder. De acordo com Deininger, Selod e Burns (2012: 11), *“in most societies—especially those at low levels of development—land is (...) a key determinant of political power”*. Aparentemente, a influência das elites agrárias tem vindo a ser relativizada pela ascensão de elites burguesas e industriais (Wiarda e Kleine, 2007: 42). Porém, no Brasil, apesar do seu já longo processo de industrialização, as elites agrárias continuam a persistir como um dos grupos de pressão mais influentes no meio político (Vigna, 2001). Segundo Castilho (2012: 21), os proprietários da terra não se limitam a ser latifundiários. Eles são, em simultâneo, membros destacados da classe política, unificados sob a conhecida “bancada ruralista” (Castilho, 2012: 21). Os acordos políticos conseguidos pela bancada ruralista tendem a favorecer sectores já significativamente beneficiados sem considerar

as questões sociais ou ambientais envolvidas nesses acordos (Jaime, 2011: 5). Nas últimas duas décadas, a influência deste grupo de pressão tem marcado profundamente a política brasileira. Mais recentemente, esta preponderância aumentou consideravelmente durante a presidência de Dilma na qual os interesses ruralistas e a exploração petrolífera se tornaram prioridade na agenda política presidencial (Patrício, 2014).

Esta tendência tem gerado, nos últimos anos alguma apreensão em torno das dinâmicas relacionadas com o controlo da terra. De acordo com a CEPAL, FAO e IICA (2013: 115), nos últimos anos verificou-se um aumento da concentração de terras na América do Sul, em especial, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e Chile. Só no Brasil, em 2006, as propriedades com uma área superior a 1000 hectares representavam 43% de toda a área total registada no país. Na América do Sul, o Brasil é apenas superado pelo Paraguai (Castilho, 2012: 21e 27). Associada à concentração de terras está, por inerência, o aumento das desigualdades. Deste processo de aglutinação resulta a impossibilidade de acesso aos meios de produção e, por consequência a manutenção das injustiças sociais. Na prática, o poder, enquanto fenómeno político associado ao controlo da terra, resulta do fomento e perpetuação propositado dos desequilíbrios na distribuição da riqueza proveniente do uso da terra (Fernandes, 2013: 140 e 141). Consequentemente, para Leite e Ávila (2007: 784), países onde se constata uma elevada concentração de terra sofrem de uma incapacidade estrutural para implementar processos que conduzam ao crescimento económico e permanecem incapazes de promover a justiça social. Ao nível dos sectores produtivos de uma economia, Falkinger e Grossmann (2012: 1) mostram que *“oligarchic ownership of land or other natural resources may impede entrepreneurship in the manufacturing sector and thereby retards structural change and economic development”*. Estas preocupações serão desenvolvidas com mais profundidade no próximo capítulo.

V – Capítulo III – Entre a autonomia e a mercantilização da terra: a dicotomia de visões sobre o “land grab” na América do Sul

3.1. O “*land grab*” como instrumento de autonomia

No contexto sul-americano, desenvolvimento e autonomia são dois elementos que, nas últimas décadas, têm caracterizado a inserção internacional dos países da sub-região. Quando enquadrada na visão institucionalista-liberal, a autonomia deve ser compreendida no contexto da globalização, da interdependência global e da relativização do Estado enquanto agente autónomo nos processos de decisão. Assim, a autonomia deriva da própria inserção do Estado na economia internacional e é

circunscrita por esta. A autonomia é alcançada tirando partido dos benefícios da globalização e deixa de ser vista como um fim político para passar a constituir-se como um meio de prossecução de uma estratégia de desenvolvimento enquadrada pela ideologia liberal.

A expansão global dos investimentos no sector agrícola tem sido veiculada como uma nova oportunidade de desenvolvimento sustentável para os países menos avançados. De acordo com Iglesias (1992: 3) *“in a context of new patterns of production and economies that are open to international competition on both domestic and world markets, agriculture has a significant contribution to make to economic development and improved social welfare in Latin America”*. De facto, à medida que a agricultura se desenvolve, novos recursos passam a estar acessíveis a outros sectores. Assim, o desenvolvimento agrícola consituti-se como uma pré-condição para se alcançar a industrialização (Ludena, 2010: 2). O Banco Mundial (2007: 2) acrescenta que a agricultura, enquanto actividade económica *“can work in concert with other sectors to produce faster growth, reduce poverty, and sustain the environment”*. Em termos práticos, esta vaga de negócios tem sido interpretada como uma fonte de emprego, de investimento, de *spill-overs* tecnológicos, de receitas fiscais para os Estados, de entradas de capital, bem como de melhoria das condições de vida dos pequenos produtores que, através da agricultura por contracto (*contract farming*), passam a ter acesso aos mercados agrícolas internacionais (Oviedo, 2011: 4).

Todavia, apesar de a América do Sul ser actualmente um exportador líquido de produtos agrícolas, a existência de um *“yield gap”* permanece como um obstáculo à maximização do capital natural sul-americano e do seu potencial agrícola. Mesmo com o bom desempenho económico da América do Sul nas últimas duas décadas, devem ser implementadas medidas de forma a promover a convergência do sector agrícola com os países desenvolvidos (Ludena, 2010: 14). Para o Banco Mundial (2013: 25), o reforço da produtividade deve resultar da mitigação dos obstáculos internos existentes através da criação de *“good investment climates”* (Nalepa, 2011: 16), e da adaptação da agricultura às alterações climáticas através de *“a more climate-smart agriculture”* (Banco Mundial, 2013: 24).

Por outro lado, a abertura das economias ao comércio internacional e à entrada de investimentos é fundamental para reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar,

não só ao nível interno, mas numa dimensão mundial. Conforme salienta Venables (2007: 283), *“there is now compelling evidence that full participation in the world economy is an inherent part of modern economic growth”*. Na América do Sul, tome-se o Brasil como exemplo. Entre 1961 e 1985, a produtividade da agricultura brasileira declinou a uma média de 0.6% por ano. Contudo, após 1985, a liberalização do comércio, a desregulamentação e o fim do controlo de preços sobre os produtos agrícolas permitiram a redução dos custos de produção e o aumento da produtividade a uma média de 3,3% ao ano (Ludena, 2010: 20). Todavia, o Brasil continua a padecer de entraves estruturais, também conhecidos como “custo Brasil” que limitam a competitividade e produtividade da produção interna face à concorrência internacional (Oliveira, 2010).

Os potenciais benefícios do aprofundamento da participação dos países sul-americanos na economia internacional através de uma “inserção competitiva” (Moreno, 2012: 140), e a consequente abertura ao exterior resultam da aceitação do comércio internacional como um espaço económico de ganhos mútuos e da aposta na especialização conforme as vantagens comparativas existentes (de la Torre, Didier e Pinat, 2014: 6). Assim, considera-se que a liberdade de actuação dos mercados é o meio pelo qual se conseguirá manter o potencial de crescimento das economias sul-americanas (Martins, 2009: 221). Estes ganhos resultam da compreensão de que *“el crecimiento y el desarrollo económicos se derivan del respeto hacia las instituciones liberales y de mercado, a las garantías y derechos individuales y colectivos, y a un sistema de derechos de propiedad claro y sin ambigüedades”* (Gault e Lepore, 2009: 255). Esta visão reflete a estratégia do Banco Mundial que, entre 2013 e 2015 pretende reforçar as cadeias de valor e aumentar as redes de fornecimento da produção dos pequenos produtores às grandes empresas transformadoras (Banco Mundial, 2013: xx). Em 2013, a Organização Mundial do Comércio conseguiu, em Bali, um novo compromisso com a liberalização do comércio agrícola, e sob o qual se espera melhorias ao nível da prevenção do chamado *“commodity dumping”* induzido pelos subsídios estatais à agricultura, bem como a diminuição das barreiras aduaneiras aos produtos importados ao abrigo de quotas existentes. Ao mesmo tempo, o acordo pretendeu dar resposta às questões relacionadas com a segurança alimentar (OMC, 2013). No fundo, pelo aumento da eficiência e fiabilidade dos mercados como fontes de

produtos agrícolas, pretende-se alcançar a segurança alimentar através da expansão da produção e incremento do comércio (Hallam, 2009: 32).

Em simultâneo, a entrada de investimento externo é fundamental no puzzle do desenvolvimento económico pois permite a entrada de capitais e da tecnologia necessária para aumentar a produção e alcançar os mercados externos (Venables, 2006: 268). Em particular, os ganhos de produtividade conseguidos pela América do Sul nos últimos anos estão associados a novas tecnologias desenvolvidas pelos países industrializados mas que, através dos efeitos de *spill-over*, proporcionaram novas oportunidades de produção de riqueza para a sub-região (Ludena, 2010: 10). Mais ainda, nas últimas décadas, o investimento privado no sector florestal no Uruguai, no desenvolvimento de tecnologias aptas a permitir a cultura das terras do Cerrado brasileiro, ou os leilões de terras no Peru permitiram gerar um considerável acréscimo de riqueza e de postos de trabalho (Arezki, Deininger e Selod, 2011: 7).

Para além do foco nos grandes investimentos, a visão institucionalista-liberal concentra-se igualmente na melhoria das condições de vida dos pequenos produtores como condição primordial na busca pelo desenvolvimento. De facto, sem este apoio, os pequenos produtores permanecerão sempre em desvantagem face à concorrência externa (Liversage, 2011: 7). Como reflexo da agenda internacional, a preocupação em torno do alívio da pobreza associada às populações rurais faz parte dos compromissos assumidos pelos países sul-americanos no âmbito dos Objectivos para o Desenvolvimento do Milénio. Numa região historicamente caracterizada pela elevada desigualdade na distribuição da terra (Banco Mundial, 2007: 22), em países como o Brasil, a Argentina, o Chile, o Paraguai e o Uruguai, mais de 30 milhões de pessoas dependem da agricultura familiar para a sua subsistência (EcoDesenvolvimento, 2013). Assim, para a concretização destes objectivos, é fundamental alcançar-se uma revolução de produtividade juntos dos pequenos produtores (Banco Mundial, 2007: 1).

Como parte de uma estratégia socio-económica que procura focar sustentabilidade e desenvolvimento económico, a já longa aposta sul-americana nos agro-combustíveis deriva de uma concepção onde *“biofuel production needs to be examined within the broader context of economic and agricultural development policies, poverty alleviation efforts and their contribution to meeting the Millennium Development Goals,*

particularly eradicating poverty and hunger, while ensuring environmental sustainability” (FAO e IDB, 2010: 1).

Assim, beneficiando da existência de ganhos mútuos, os Estados acedem a um novo horizonte de oportunidades de desenvolvimento que lhes proporcionará a capacidade de se assumirem na esfera internacional de acordo com as suas aspirações.

3.2. O “*land grab*” como instrumento de dependência

Nos últimos anos, como resultado dos impactos das dinâmicas económicas que hoje caracterizam a sub-região, têm-se adensado as preocupações face ao possível regresso de um padrão de dependência à América do Sul. Esta apreensão tem-se reflectido igualmente nas críticas subjacentes ao “*land grab*” como produto da ordem liberal e fenómeno resultante dos processos económico-políticos implementados na sub-região nos últimos anos. Enquanto fenómeno, o “*land grab*” não é um factor indutor directo da dependência, mas parte integrante de um modelo económico centrado no sector das *commodities* que poderá pôr em causa a inserção autónoma dos países sul-americanos na esfera internacional. Assim, a crítica ao “*land grab*” enquanto instrumento de dependência está associada à perspectiva marxista que

“highlights the pitfalls associated with enclave-type extraction and production modes for mineral commodities and plantation-type production modes for agricultural commodities. These modalities of production generate little or no learning spillovers and technology transfers and may, instead, facilitate the pillaging of resources that leave the local economy durably damaged. They may also reinforce exploitative local institutions and boost inequality in the distribution of income, wealth, and political power” (de la Torre, Didier e Pinat, 2014: 8).

Para Martins (2011: 324 e 325), a reprimarização das exportações sul-americanas poderá levar à repetição de uma trajectória de decadência e periferização económica já vista no passado. Também Santos (2011: 111) defende que o capital internacional tende a influenciar o desenvolvimento económico dos países de acordo com as suas necessidades. Cardoso (1995: 155) é da opinião de que “*ninguém duvida de que a competição internacional se concentra no estabelecimento de condições internas que determinarão de que maneira cada país se inserirá na economia internacional*”. Estas

preocupações são igualmente partilhadas por Cacciamali, Bobik e Celli Jr. (2012: 93) que sublinham que “a volta da especialização das economias latino-americanas em commodities, mesmo com maior densidade tecnológica e com as alterações ambientais, coloca sérias dúvidas sobre as possibilidades futuras de desenvolvimento dos países latino-americanos”. Em verdade, os países sul-americanos actualmente “has been joining the global trade system of 21st century with an export structure (commoditybased) of the 19th century, and this has given rise to the concern about the potential materialization of the dark sides (...) of a commodity-dependent growth model” (de la Torre, Didier e Pinat, 2014:18).

Esta dependência verifica-se a dois níveis. Por um lado, o dinamismo económico dos países sul-americanos encontra-se substancialmente dependente da extracção e exportação de *commodities* agrícolas (Barbier, 2003: 7 e 8; Moreno, 2012: 25). Como o gráfico 3 mostra, na generalidade dos países sul-americanos a percentagem das receitas fiscais oriundas da exploração dos recursos naturais face à receita total obtida aumentou de forma generalizada. Esta dependência, por sua vez, gera uma outra bastante mais profunda. Nas últimas duas décadas, apesar das transformações socio-político-económicas que, a vários níveis, tem promovido a divergência dos países sul-americanos (Patrício, 2012: 239; Malamud, 2007: 6), a inserção internacional dos países sul-americanos, sob influência dos princípios liberais, tem-se pautado pela construção de um modelo económico assente na especialização da produção de matérias-primas com potencial exportador. Em resultado, pela construção de “laços económicos definidos em função do mercado internacional” (Martins, 2011: 231), e considerando que hoje estes se assumem como o verdadeiro centro mundial, existem vários indícios que sugerem que a combinação entre um modelo económico que prima pela obtenção de resultados no curto-prazo em detrimento da sustentabilidade futura e a

Gráfico 3. Percentagem das receitas fiscais oriundas da exploração dos recursos naturais face à receita fiscal total.



Fonte: The Economist, 2010.

subordinação aos interesses do capital internacional poderá levar ao regresso de um novo período de dependência na sub-região. Na prática, a harmonização das políticas económicas internas com os interesses do capital internacional tem promovido a transferência dos processos de decisão político-económico para a esfera internacional, quer seja ao nível dos mercados ou das instituições financeiras internacionais, e impedido os países sul-americanos de beneficiarem da *“ability of a national government to implement and sustain policies of its own choosing, reflecting its own aspirations”* (DeMartino, 2002: 6). Para Kay (2009: 365), com o progressivo envolvimento na economia internacional advém cada vez menos *“espaço para uma ação política independente”*.

Subjacente a este novo modelo económico está a construção deliberada de uma economia de extracção que possibilite a manutenção de elevadas taxas de crescimento económico no presente. Actualmente a literatura persiste dividida entre os efeitos benéficos e as externalidades negativas associadas a este modelo económico (Sinnott, Nash, de la Torre, 2010: 1; Davis, 2009: 46). Tar (2008: 35) entende uma economia de extracção como uma sociedade que onde a sua captação de riqueza deriva em parte ou totalmente da exploração de recursos naturais. Também Gare (1995: 85) descreve as economias de extracção como espaços económicos em declínio, pouco diversificadas e sensíveis às mudanças associadas à procura dos mercados. O próprio Adam Smith considerava que a aposta no sector extractivo seria aquela que *“a prudent law-giver, who desired to increase the capital of his nation, would least choose to give any extraordinary encouragement”* (Sinnott, Nash e de la Torre, 2010: 1).

A construção de uma economia de extracção reflecte, em boa parte, a natureza das instituições económicas e políticas existentes. Acemoglu e Robinson (2013: 98) associam a existência de uma economia de extracção à construção de instituições políticas e económicas extractivas que por sua vez suportam a transferência de rendimentos de um conjunto social em benefício de outro. Mais ainda, estas instituições *“concentram o poder nas mãos de uma elite reduzida e impõem poucas limitações ao exercício do poder. As instituições económicas são estruturadas, depois, por essa elite, a fim de extrair os recursos do resto da sociedade”* (Acemoglu e Robinson, 2013: 103).

A implementação de uma economia de extracção tem sido sustentada por dois pilares económicos: exportações de matérias-primas agrícolas e investimentos no sector das

commodities (Gudynas, 2013: 60). Segundo Gudynas (2013: 60), na América do Sul “*é chocante observar que se continua a apostar no crescimento econômico mediante exportações e investimentos. (...) nota-se que a nova esquerda no poder aceitou ser reformadora dentro do capitalismo*”. Mais ainda, a América do Sul mantém

“uma inserção internacional subordinada à globalização – em que os países continuam a ser tomadores de preços, não coordenando entre si a comercialização de seus produtos e defendendo a liberalização do comércio global. (...) No entanto, o contexto global de preços altos de várias commodities, a contínua demanda por elas e os demais fatores assinalados anteriormente reforçam os incentivos para promover o extrativismo” (Gudynas, 2013: 63).

Em paralelo, “*o aumento da dependência também de alguma maneira deriva do forte aumento dos investimentos, que, por sua vez, são produtos dos deslocamentos e da expansão das novas periferias na economia mundial*” (Valencia, 2009: 122). Todavia, apesar da proliferação das narrativas a favor da liberalização do comércio, a crescente procura de terras pelos países sem segurança alimentar mostra que estes “*are no longer counting on global trade to meet their food security needs*” (Spielfoch e Murphy, 2009: 43). Mais ainda, é prática recorrente do Banco Mundial afirmar que, apesar dos desafios associados ao “*land grab*”, apenas uma pequena parte dos negócios efectuados entram realmente em actividade. Todavia a realidade mostra que muitos negócios estão relacionados com a intenção de especular sobre o preço da terra ao invés de se optar pela produção (Borras et al, 2013: 8).

Perante a crescente especialização e dependência da América do Sul na produção e exportação de matérias-primas agrícolas, da argumentação em torno do sector como elemento estrutural na consolidação do desenvolvimento da sub-região, verifica-se uma tendência para a desindustrialização (Valencia, 2004: 85; Brady, Kaya e Gereffi, 2008: 2). David, Dirven e Vogelgesang (2000: 1674), acrescentam que a evolução do desenvolvimento económico deveria levar à redução da importância do sector agrícola na riqueza total produzida. Martins (2011: 256) considera que “*a elevação dos preços dos produtos primários torna-se fonte de lucro extraordinário das burguesias da região e pode conduzir a um movimento de reprimarização de nossas economias latino-americanas*”.

Simultaneamente, na América do Sul tem-se constatado a regressão do comércio intra-ramo, sendo que, mesmo no contexto de toda a América Latina, a América Central

possui um nível superior de comércio intra-ramo em relação à própria América do Sul. Mais ainda, por mais paradoxal que seja, os países que em toda a América Latina têm uma maior abertura ao comércio internacional possuem menores níveis de comércio intra-ramo (de la Torre, Didier e Pinat, 2014: 19). Esta inversão de sentido deve-se ao facto de a liberalização do comércio em economias abundantes em recursos naturais ser propensa a deslocar recursos do sector manufactureiro, capaz de gerar crescimento assente no conhecimento, para o sector agrícola que, contrariamente ao anterior, não possui as mesmas virtudes a longo-prazo (Barbier, 2003:19). Como consequência, na América do Sul, “*resource booms appear to frustrate economic growth*” (Barbier, 2003: 19). Actualmente as previsões apontam para uma diminuição do crescimento económico na América do Sul de 3,1% para 1,8%, muito embora este decréscimo seja diferenciado (CEPAL, 2014: 6). Esta tendência poderá agravar-se pela previsível descida dos preços das commodities nos mercados internacionais devido ao arrefecimento da economia chinesa. Em consequência, o fantasma da maldição dos recursos voltou novamente ao debate contemporâneo perante receios da verificação de mais um ciclo de “*boom and bust*” (Sinnott, Nash e de la Torre, 2010).

Para Barbier (2003: 4), o reforço político da importância económica das *commodities* agrícolas acarreta riscos sérios. Em primeiro, a “doença holandesa” é uma realidade que poderá estar já difundida na América do Sul como resultado do “*boom*” das matérias-primas. Em segundo, a actual conversão em massa de terras para produção agrícola poderá induzir, a longo prazo, a um menor crescimento do PIB *per capita*. Por último, a excessiva exploração da terra e dos recursos naturais existentes na sub-região estão assentes em políticas que distorcem os mercados e promovem direitos de propriedade ineficazes, bem como a incapacidade de implementar políticas que garantam a gestão eficaz e sustentável dos recursos naturais.

Como característica das economias de extracção, a institucionalização do “rentismo” é igualmente um sintoma dos problemas existentes na América do Sul, se se considerar que as rendas geradas pelos recursos naturais não estão a ser canalizadas para investimentos produtivos (Barbier, 2003: 17 e 21). Apesar dos ganhos a curto-prazo provenientes do sector extractivo, as economias que optam por especializar-se no sector das *commodities* ficam dependentes dos mercados, da volatilidade dos preços e choques nos mercados internacionais e, em simultâneo, registam uma gradual perda de diversificação da actividade económica e degradação das instituições políticas devido à

institucionalização do “rentismo” (de la Torre, Didier e Pinat, 2014: 9). Em consequência, como mostram os receios em torno da diminuição progressiva do crescimento económico na América do Sul, *“any initial “economic boom” associated with land conversion or increased resource exploitation is invariably short-lived as the extra rents generated are eventually dissipated”*, criando assim um padrão económico de *“boom and bust”* (Barbier, 2003: 22).

Mais ainda, no que toca à inserção na economia internacional, *“commodity exports are not best suited to facilitate the insertion into the knowledge and technology-intensive sections of global value chains”* (de la Torre, Didier e Pinat, 2014: 9). De facto, as evidências mostram que os países sul-americanos afastam-se cada vez mais de um padrão de comércio internacional que suporte a convergência económica com os países desenvolvidos (de la Torre, Didier e Pinat, 2014: 21), o que indica uma possível deterioração dos termos de troca. Apesar da bonança das *commodities* que se verificou na última década, abdicar do futuro em prol de ganhos superiores no presente poderá trazer *“adverse implications for long-term growth”* (de la Torre, Didier e Pinat, 2014: 18). Este comprometimento do futuro assiste-se não só ao nível das estratégias de desenvolvimento prosseguidas sob o impulso extractivo, bem como ao nível da redução das desigualdades existentes na sub-região e da sustentabilidade ambiental. Importa por isso ter em conta que, *“os estímulos que demos hoje serão decisivos para definir, no longo prazo, as possibilidades de progresso”* (Cardoso, 1995: 152).

A vigência do modelo liberal na América do Sul tem sido extremamente criticada pela deterioração das condições económicas e retrocesso da industrialização e desenvolvimento na região. Antes de mais, Cervo (2001: 280) considera que globalização, nova interdependência ou neoliberalismo são sinónimos de um novo consenso que, após o fim da Guerra Fria, se estabeleceu à escala planetária. Este consenso, acrescenta Mário Rapoport (2002: 357, 360 e 361), materializa-se hoje na construção de um “pensamento único” planetário, permanente, imediato e imaterial, e segundo o qual

“los estados deben limitarse a fijar el marco que permita el libre juego de las fuerzas del mercado pues sólo éste puede repartir de la mejor manera posible los recursos productivos, las inversiones y el trabajo. (...) El nuevo orden económico tendrá, por supuesto, sus ganadores y sus perdedores, resultantes del tipo de vinculación de cada uno con el mercado

y con los valores principales que lo regulan: la rentabilidad, el libre cambio, la productividad, la competitividad y la flexibilidad del trabajo”.

Nesta crítica ao “discurso único”, Cervo (2001: 296) considera que, na América do Sul, com a implementação do Consenso de Washington e a transição do “Estado desenvolvimentista” para o “Estado normal”, difundiu-se a *“tese de que a conformação das políticas interna e externa ao consenso neoliberal induz o progresso em todos os aspectos da vida e configura uma ordem internacional sem alternativa”*. Esta narrativa, defende Rapoport (2002: 361), tende a distanciar-se das consequências inerentes à sua visão e, sob os auspícios das virtudes dos mercados, ignoram realidades quotidianas cada vez mais negativas e marcadas pela *“desocupación, pobreza y desigualdades crecientes; desequilibrios ecológicos; mercantilización de las relaciones humanas”* (Rapoport, 2003: 37). Segundo Martins (2011: 313) *“o neoliberalismo redimensionou as relações de dependência, destruiu as políticas de substituição de importações e criou novas formas de vinculação da região à economia mundial”*. Igualmente crítico, Bernal-Meza (2005: 122) sublinha que a globalização, sob o impulso ideológico do neoliberalismo, veio revelar a existência de novas e mais profundas desigualdades entre a periferia e o centro que acentuam a marginalização dos países periféricos em relação às potências capitalistas. Estas críticas são partilhadas por Ibarra (2011: 239) que acrescenta que *“o neoliberalismo difundiu, no Terceiro Mundo, a tese esperançosa de que o jogo livre dos mercados fecharia a brecha do atraso”*, e difundiu-se a ideia de que *“o desenvolvimento exportador e de investimento estrangeiro erradicariam a pobreza crônica do subdesenvolvimento”*. Para Moniz Bandeira (2002: 137 e 138), a implementação do Consenso de Washington na América do Sul induziu ao retrocesso de um processo desenvolvimentista que levou décadas a conseguir. O Brasil foi um claro exemplo. Até à chegada da vaga neoliberal, o Brasil tinha um dos maiores parques industriais do mundo, mais de 50% das suas exportações eram compostas por manufacturas e produtos de tecnologia avançada e, ainda nos anos 1980, o país possuía o terceiro maior *superavit* do mundo. Longe de se limitar ao Brasil, nota o Professor Moniz Bandeira, a expansão da pobreza e deterioração das condições económicas generalizou-se por todo o subcontinente.

Uma vez mais, a América do Sul vive um futuro incerto. Num subcontinente tantas vezes visto como a terra do futuro, a repetição da história económica arrisca-se a trazer consigo um desfecho similar a outros decorridos no passado, e impedindo uma vez mais

o “*projecto positivo de construir outra economia e outra sociedade, moderna e desenvolvida*” (Cervo, 2001: 104).

V – Conclusão

O aprofundamento do estudo da agricultura ao nível das Relações Internacionais constitui-se hoje como um instrumento importante para a plena compreensão dos acontecimentos que têm marcado a esfera internacional nos últimos anos. Em particular, fenómenos como as alterações climáticas, crises alimentares, conflitos territoriais, golpes de Estado, sublevações populares e instabilidades sociais têm tido a agricultura como referência comum.

O “*land grab*”, em particular, embora seja um fenómeno recente, tem vindo a ser reconhecido como um desafio que, por um lado sugere a necessidade de um novo entendimento das dinâmicas que caracterizam a economia internacional e, em simultâneo, requer um novo conjunto de respostas perante os vários riscos que lhe estão associados. Da mesma forma, na América do Sul, o “*land grab*” assumiu-se, nos últimos anos, como um instrumento fundamental para a compreensão da inserção internacional dos países sul-americanos. Ao mesmo tempo, o “*land grab*” assume-se como um fenómeno cuja complexidade deriva do envolvimento de múltiplos actores e com diferentes motivações. No entanto, verifica-se um objectivo comum: a utilização da terra através de diferentes meios para a satisfação de interesses imediatos.

Porém, embora o “*land grab*” contemporâneo se manifeste num novo contexto internacional marcado pela conjugação das crises financeira, energética, alimentar e também ambiental, terra permanece como um elemento de conflito. Assim, a utilização da terra tem sido sujeita a diferentes interpretações que dão corpo a esta confrontação. Para os apologistas da “*land sovereignty*” o “*land grab*” configura-se como um novo instrumento de expropriação, exploração e acumulação, e constitui-se como um fenómeno potencialmente gerador de conflitos e cujos impactos, para além de transcenderem a esfera nacional, têm sérias implicações ao nível dos direitos humanos, da segurança alimentar, da estabilidade da economia internacional e da sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, o “*land grab*” tem actuado como um elemento perpetuador das desigualdades, assimetrias sociais e de frustração das perspectivas de

desenvolvimento. Assim, a defesa da soberania da terra e dos recursos subjacentes a ela revelam-se fundamentais perante a ameaça capitalista liberal.

Por outro lado, o “*land grab*” tem sido abordado pela visão institucionalista-liberal como um fenómeno com alguns desafios e riscos associados mas, pela implementação de políticas associadas à “*land governance*” bem como a progressiva abertura aos mercados internacionais e à entrada de investidores, poderá transformar-se num motor de desenvolvimento sustentável para os países sul-americanos, dado o seu potencial na produção de matérias-primas. Além do mais, a expansão da fronteira agrícola e o reforço da produtividade das economias sul-americanas são indispensáveis para responder às exigências suscitadas pelo aumento da população mundial e o contínuo esforço na mitigação da pobreza na região.

Deste confronto compreende-se a necessidade de ir para além das propostas do Banco Mundial. Por um lado, o conceito de “*land governance*” é parte integrante de uma nova narrativa deliberadamente construída pelas instituições financeiras internacionais de forma a legitimar e a “normalizar”, não só o modelo agrícola em questão, como também os interesses económicos por detrás desta nova corrida global por terras e os seus impactos. Face aos sérios desafios associados a estes acontecimentos, as soluções do Banco Mundial assentam, uma vez mais, na mercantilização da terra, na abertura e liberalização das economias, na defesa dos mercados internacionais, na especialização das economias sul-americanas consoantes as suas vantagens comparativas, na criação de ambientes político-legais que favoreçam os investidores e a entrada de capitais, na implementação de direitos de propriedade que protejam os investidores e na crença de que a eficiente afectação dos recursos e auto-regulação dos mercados promoverá a existência de melhores condições económicas propícias ao desenvolvimento.

Por oposição, o conceito de “*land sovereignty*”, tal como as teorias da dependência sustentam, é particularmente crítico em relação às premissas liberais, e considera a intervenção do Estado como uma condição imprescindível para alcançar o desenvolvimento. A actuação do Estado deve enquadrar-se num esforço contínuo que assegure o controlo sobre os recursos para a emancipação económica e actue na eliminação das desigualdades. Assim, ao contrário daquilo que se tem verificado em muitos negócios de grande dimensão, o desenvolvimento não deve servir como

justificação para a violação dos direitos humanos e o aprofundamento das desigualdades. Ao mesmo tempo, a inserção internacional dos Estados deve ser feita de forma autónoma e que reflecta as aspirações nacionais de cada país.

As motivações associadas à expansão do “*land grab*” na América do Sul diferem consoante os agentes envolvidos. Para os Estados envolvidos na procura de terras, a incapacidade de garantirem a sua segurança alimentar sem dependerem dos mercados tem suscitado receios quanto à capacidade de manutenção da sua segurança interna. Porém para os actores privados, internos ou externos, a procura de terras deriva da insegurança ainda existente na economia internacional e da especulação em torno da maximização dos ganhos.

Se as preocupações geopolíticas associadas ao “*land grab*” se prefiguram como um sério desafio à ordem existente, persiste ainda uma clara incapacidade em ter uma real noção da extensão do fenómeno, não só na América do Sul, como também em todo o mundo. Todavia, a disseminação do fenómeno em toda a sub-região tem beneficiado do envolvimento activo das elites locais e nacionais, não só na aquisição de terra, bem como no estabelecimento de relações intermediárias e coniventes com os investidores externos. Em simultâneo, os Estados, quer sob influência das elites internas que beneficiam com tais negócios, quer pela percepção de que tais investimentos poderão impulsionar o desenvolvimento económico, têm agido como facilitadores e legitimadores dos grandes negócios agrícolas.

Como hipótese e objectivo principais, esta dissertação pretendia compreender, através da discussão dos conceitos de “*land sovereignty*” e “*land governance*”, se o “*land grab*” se prefigura como um elemento contribuidor para a manutenção da autonomia ou regresso da dependência à América do Sul. Com base na análise empreendida e nos factos expostos, é possível afirmar que o “*land grab*” se afirma como um elemento cujos impactos podem favorecer o regresso de um novo período de dependência. Esta dependência verifica-se em relação aos mercados internacionais pelo enquadramento da sub-região numa divisão internacional do trabalho que prima pela subordinação e exploração arbitrária dos aparelhos produtivos, dos recursos naturais e do trabalho em favor da maximização dos ganhos. O “*land grab*” em si não actua enquanto gerador directo da dependência mas contribui para ela. Se se considerar que os mercados internacionais são hoje o verdadeiro centro da economia internacional, esta

relação de dependência tem vindo a ser aprofundada com o progressivo envolvimento dos países sul-americanos na economia internacional. Assim, as estruturas e meios internos de produção deixam de existir enquanto instrumentos de soberania e de satisfação das necessidades internas e passam a funcionar em favor das exigências dos mercados, levando assim a uma progressiva dificuldade de articulação dos meios económico-políticos para a implementação e condução autónoma de uma estratégia de desenvolvimento.

Associado a este principal objectivo, pretendia-se conhecer a extensão dos impactos e dimensão do “*land grab*” na América do Sul, bem como a verificação do “*land grab*” enquanto oportunidade de desenvolvimento. Os impactos do “*land grab*” são cada vez mais evidentes e expressam-se hoje sob a forma de conflitos sociais, aumento das desigualdades e precarização social, perda de património ambiental, e apropriação e exaustão. Todavia, devido à falta de transparência existente, este objectivo não foi alcançado plenamente pois não foi possível quantificar claramente a extensão territorial do fenómeno. No entanto, pelos efeitos negativos associados ao “*land grab*” e pela lógica de maximização imediata dos ganhos sem considerações para com o futuro, o “*land grab*” constitui-se como a antítese do desenvolvimento. De facto, para além da fragilização da estabilidade social e da marginalização socio-económica das populações afectadas, verifica-se o risco de garantir a sustentabilidade do desenvolvimento económico na América do Sul quando os recursos necessários para tal são geridos de acordo com os interesses do presente.

Como objectivo final, esta dissertação pretendia compreender a influência do “*land grab*” ao nível da inserção internacional dos países sul-americanos. A expansão do “*land grab*” na América do Sul deriva da aceitação da narrativa de legitimação deste fenómeno que tem vindo a ser construída por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial, e que assenta na interpretação dos grandes negócios agrícolas enquanto oportunidades de desenvolvimento e proporcionadores de ganhos mútuos. Estas oportunidades advêm da especialização das economias sul-americanas de acordo com as suas vantagens comparativas e da participação na economia internacional através da plena abertura das economias ao capital estrangeiro, bem como a liberalização do comércio. Em resultado, sob clara influência do sector agro-exportador, a inserção internacional dos países sul-americanos tem colocado um especial enfoque na captação de investimentos e capital externo, bem como a aposta no comércio

internacional através da especialização na produção de matérias-primas como forma de sustentar o crescimento das suas economias no presente e garantir a prossecução do seu desenvolvimento. Contudo, importa compreender que o “*land grab*” é, em si, um mecanismo económico que deriva dos novos padrões de exploração e acumulação de riqueza legitimados pela narrativa institucionalista-liberal. Assim, contrariamente ao teor do objectivo aqui referido, o “*land grab*” não actua no sentido de influenciar a condução das estratégias de inserção internacional dos países sul-americanos, mas sim como um efeito destas.

Em paralelo aos objectivos estabelecidos, colocou-se igualmente por hipótese a capacidade explicativa das teorias da dependência no entendimento das dinâmicas económico-políticas associadas ao “*land grab*” na América do Sul e, por último, se a construção de uma economia de extracção na América do Sul, característica do aprofundamento do “*land grab*”, se poderá constituir como um factor de sustentabilidade do seu desenvolvimento económico. Com base nos argumentos expostos, conclui-se que as teorias da dependência permanecem como instrumentos teóricos capazes de proporcionar respostas face às dinâmicas que caracterizam as relações internacionais no âmbito do “*land grab*”. Como foi verificado, as teorias da dependência explicam o “*land grab*” enquanto instrumento e manifestação do novo padrão de acumulação empreendido pelo capital internacional e que assenta na apropriação arbitrária e exploração exaustiva dos recursos e na subvalorização do trabalho em prol da maximização dos ganhos económicos. Por sua vez, a construção de economias de extracção nos países sul-americanos não só tem favorecido a expansão do “*land grab*”, como viabilizado os interesses do capital internacional e nacional. Assim, porque a construção de economias de extracção tende a favorecer as elites locais e, pela orientação agro-exportadora das economias sul-americanas, em última instância as economias de extracção possibilitam a continuação dos mecanismos de acumulação pelo capital internacional, as perspectivas de garantir a sustentabilidade do desenvolvimento poderão ser postas em causa pela incapacidade de garantir a utilização da riqueza gerada em prol da evolução socio-económica dos países sul-americanos. A realidade mostra que a especialização económica na produção de matérias-primas, apesar da bonança da última década e de todas as políticas sociais viabilizadas pelo “*boom*” das “*commodities*”, tem vindo a criar as condições para a fragilização da evolução económico-social já conseguida devido à incapacidade que a lógica extractiva

e liberal vigente na América do Sul tem em gerar uma distribuição equitativa e progressiva da riqueza. Além disso, de acordo com as evidências, o alinhamento com a ideologia liberal não trouxe à América do Sul os benefícios esperados. Ao invés disso, permitiu a manutenção das desigualdades, inverteu os processos de industrialização e de desenvolvimento iniciados na década de 1950, e fomentou o regresso da estrutura produtiva das economias sul-americanas ao padrão de especialização assente na produção e exportação de matérias-primas que, tal como no passado, poderá vir a frustrar o processo de desenvolvimento na América do Sul.

VI – Bibliografia

• Livros

- Amin, S., 2014. Theory is History. In: Brauch, H. G., ed., 2014. *SpringerBriefs on Pioneers in Science and Practice*. Texts and Protocols, Vol 17. Nova Iorque: Springer.
- Bernal-Meza, R. 2005. *América Latina en el Mundo – El pensamiento latinoamericano y la teoría de relaciones internacionales*. Buenos Aires: Nuovohacer.
- Blumenthal, G. R., 2009. Investors' perspectives on farmland. In: Kugelman, M. e Levenstein, S. L.ed., 2009. *Land Grab? The Race for the World's Farmland*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, pp. 55-68.
- Bresser-Pereira, L. C., 2011. From old to new developmentalism in Latin America. In: Ocampo, J. A. e Ross, J., ed. 2011. *Handbook of Latin American Economics*. Oxford: Oxford University Press, pp. 108-129.
- Castilho, A. L., 2012. *O Partido da terra – como os políticos conquistam território brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto.
- Cervo, A. L. 2001. *Relações Internacionais da América Latina – Velhos e novos paradigmas*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.
- Davis, G.A., 2009. Extractive Economies, Growth, and the Poor. In: Richards, J. P. ed., 2009. *Mining, Society, and a Sustainable World*. Nova Iorque: Springer, pp. 37-60.
- Deffeyes, K. S., 2001. Hubbert's Peak – The impending world oil shortage. Nova Jersey: Princeton University Press.
- Della Porta, D. e Keating, M., 2008. How many approaches in the social sciences? An epistemological introduction. In: Della Porta, D. e Keating, M., ed. 2008.

Approaches and Methodologies In the Social Sciences: A Pluralist Perspective.
Nova Iorque: Cambridge University Press. pp. 19-39.

Diamond, J., 2005. *Collapse - how societies choose to fail or succeed.* Nova Iorque: Viking.

Fernandes, B. M., 2012. Disputas territoriais entre movimentos camponeses e agronegócio. In: Ayerbe, L. F. ed, 2012. *Territorialidades, conflitos e desafios à soberania estatal na América Latina.* São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, cap. 10, pp. 203-230.

Fernandes, B. M., 2013. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico.* Volume 1. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.

Frank, A. G., 1969. *Latin America: Underdevelopment or revolution.* Nova Iorque: Monthly Review Press.

Gare, A., 1995. Postmodernism and the Environmental Crisis. Abingdon: Routledge [online] disponível em http://books.google.pt/books?id=1OwAmggI6rYC&pg=PA85&dq=extractive+economies&hl=en&sa=X&ei=f_HSU4CJHenH7Aa23YCIBg&ved=0CEkQ6AEwCDgK#v=onepage&q=extractive%20economies&f=false (consultado em 26 de Julho de 2014).

Gyorgy, A., Gibbs, H. S. e Jordan, R. ed., 1970. *Problems in International Relations.* 3ª Edição. Nova Jersey: Prentice-Hall Inc.

Hallam, D., 2009. International investments in agricultural production. In: Kugelman, M. e Levenstein, S. L.ed., 2009. *Land Grab? The Race for the World's Farmland.* Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, pp. 27 a 38.

Kay, C., 2009. Teorias estruturalistas e teoria da dependência na era da globalização neoliberal. In: Sader, E. e Dos Santos, T., ed. 2009. *A América Latina e os desafios da globalização – Ensaio em homenagem a Ruy Mauro Marini.* Rio de Janeiro: Editora PUC.

- Kugelman, M., 2009. Introduction and Acknowledgments. In: Kugelman, M. e Levenstein, S. L.ed., 2009. *Land Grab? The Race for the World's Farmland*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, pp. 1-26.
- Martins, C.E., 2009. A superexploração do trabalho e a economia da dependência. In: Sader, E. e Dos Santos, T., ed. 2009. *A América Latina e os desafios da globalização – Ensaio em homenagem a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Editora PUC.
- Mocelin, 2009. Movimentos sociais e movimentos sociais rurais. In: Gehlen e Mocelin, 2009. *Organização social e movimentos sociais rurais*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Cap. 4, pp. 49-74 [on line] disponível em http://books.google.pt/books?id=sExduyuijo8C&pg=PA66&dq=movimento+dos+sem+terra&hl=en&sa=X&ei=QeYJVOMYAuXH7Aa_v4HgDQ&ved=0CFkQ6AEwCA#v=onepage&q=movimento%20dos%20sem%20terra&f=false (consultado em 5 de Setembro de 2014).
- Montgomery, D. R., 2007a. *Dirt: the erosion of civilizations*. Los Angeles: University of California Press, Ltd.
- Omeje, K., 2008. Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Re-Engaging Rentier Theory and Politics. In: Omeje, K., 2008 ed. *Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Multi-Regional Perspectives on Rentier Politics*. Hampshire: Ashgate.
- Paredis, E., et al, 2008. *The Concept of Ecological Debt: Its Meaning and Applicability in International Policy*. Gent: Academia Press [on line] disponível em <http://books.google.pt/books?id=X01-m72T6XcC&q=The+concept+of+ecological+debt+was+coined+by+southern+NGOs+at+the+beginning+of+the+1990s.+It+usually+refers+to+the+ecological+damage+caused+by+industrialized+countries+to+the+southern+hemisphere+and%20For+to+the+use+of+ecosystem+services+at+the+expense+of+southern-hemisphere+countries.+Currently%2C+several+NGO+networks+from+north+and+south+are+campaigning+for+the+recognition+of+the+concept.#v=onepage&q=The%20concept%20of%20ecological%20debt%20was%20coined%20by%20sout>

hern%20NGOs%20at%20the%20beginning%20of%20the%201990s.%20It%20usually%20refers%20to%20the%20ecological%20damage%20caused%20by%20industrialized%20countries%20to%20the%20southern%20hemisphere%20and%20for%20to%20the%20use%20of%20ecosystem%20services%20at%20the%20expense%20of%20southern-hemisphere%20countries.%20Currently%20several%20NGO%20networks%20from%20north%20and%20south%20are%20campaigning%20for%20the%20recognition%20of%20the%20concept.&f=false (consultado em 5 de setembro de 2014).

Santos, Theotônio dos, 2011. *Imperialismo y Dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho.

Santos, V. M., 2014. O preço do presente e o valor do futuro. In: Lara, A. S.ed, 2014. *Crise, Estado e Segurança*. Lisboa: Edições MGI, pp. 89-97.

Simms, A., 2005. *Ecological debt – The health of the planet and the wealth of nations*. Londres: Pluto Press.

Spieldoch, A. e Murphy, S. 2009. Agricultural Land Acquisitions: Implications for Food Security and Poverty Alleviation. In: Kugelman, M. e Levenstein, S. L.ed., 2009. *Land Grab? The Race for the World's Farmland*. Washington: Woodrow Wilson International Center for Scholars, pp. 39-54.

Tar, U. A., 2008. Rentier Politics, Extractive Economies and Conflict in the Global South: Emerging Ramifications and Theoretical Exploration. In: Omeje, K., 2008 ed. *Extractive Economies and Conflicts in the Global South: Multi-Regional Perspectives on Rentier Politics*. Hampshire: Ashgate.

Valencia, A. S., 2004. *Desindustrialización y crisis del neoliberalismo – Maquiladoras y telecomunicaciones*. Colonia San Rafael: Plaza y Valdès, S.A.

Valência, A. S., 2009. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: Sader, E. e Dos Santos, T., ed. 2009. *A América Latina e os desafios da globalização – Ensaio em homenagem a Ruy Mauro Marini*. Rio de Janeiro: Editora PUC.

- Venables, A., 2007. Trade, location, and development: an overview of theory. In: Lederman, D. e Maloney, W. F., ed. 2007. *Natural resources - neither curse nor destiny*. Washington: Banco Mundial, pp. 259-288.
- Wiarda, H. J. e Kline, H., 2007. *Latin American politics and development*. 6ª edição. Noulder: Westview Press.

Artigos

- Alison Graham, A., Aubry, S., Künnemann, R., e Suárez, S. M., 2011. The Role of the EU in Land Grabbing in Africa - CSO Monitoring 2009-2010 “Advancing African Agriculture” (AAA): The Impact of Europe’s Policies and Practices on African Agriculture and Food Security. In: Land Deals Politics Initiative, *Global Land Grabbing*. Universidade de Sussex, 6-8 Abril de 2011, Brighton: Land Deals Politics Initiative [on line], disponível em <file:///D:/Users/Nuno/Downloads/Alison%20Graham,%20Sylvain%20Aubry,%20Rolf%20K%C3%BCnnemann%20and%20Sof%C3%ADa%20Monsalve%20Su%C3%A1rez.pdf> consultado em 25 de Julho de 2014).
- Altieri, M. A., 1992. Sustainable agricultural development in Latin America: exploring the possibilities. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, 39, pp. 1-21 [on line] disponível em http://agroeco.org/doc/new_docs/sustagLAC.pdf (consultado em 3 de Março de 2014).
- Anseeuw, W. et al, 2012. *Transnational Land Deals for Agriculture in the Global South*. ILC, CDE, CIRAD, GIGA e GIZ [on line] disponível em <http://www.landcoalition.org/sites/default/files/publication/1254/Analytical%20Report%20Web.pdf> (consultado em 27 de Setembro de 2014).
- Arezki, R., Deininger, K. Selod, H., 2011. *What drives the global land rush?* IMF Working Paper 11/25, Fundo Monetário Internacional, [on line] disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2011/wp11251.pdf> (consultado em 15 de Fevereiro de 2014)

- Banco Mundial, 2010. *Principles for Responsible Agricultural Investment that Respects Rights, Livelihoods and Resources*. Washington: Banco Mundial [on line] disponível em "http://siteresources.worldbank.org/INTARD/214574-1111138388661/22453321/Principles_Extended.pdf" http://siteresources.worldbank.org/INTARD/214574-1111138388661/22453321/Principles_Extended.pdf (consultado em 27 de Julho de 2014).
- Barker, D., 2007. *The rise and predictable fall of globalized industrial agriculture*. São Francisco: International Forum on Globalization [on line] disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fifg.org%2Fv2%2Fwp-content%2Fuploads%2F2014%2F05%2Fag-report.pdf&ei=SpMoVNLSG_Pe7Ab44ICAAQ&usg=AFQjCNE1QPV70rW7TqRJ8awzHsOsDVQPfQ&bvm=bv.76247554,d.ZGU (Consultado em 13 de Março de 2014).
- Borras Jr, S. M., Franco, J. C. e Wang, C., 2013. The challenge of global governance of land grabbing: changing international agricultural context and competing political views and strategies. *Globalizations*, 10 (1), pp. 161-179 [on line] disponível em <http://krieger.jhu.edu/arrighi/wp-content/uploads/sites/29/2014/01/Borras-Franco-Wang-Globalizations-2013.pdf> (consultado em 10 de Abril de 2014).
- Borras Jr., S. M., Franco, J., 2010. From threat to opportunity? Problems with the idea of a “code of conduct” for land grabbing”. *Yale Human Rights & Development L.J.*, 13, pp. 507-523 [on line] disponível em http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/Yale%20April%202010%20Borras_Franco%20CoC%20paper.pdf (consultado em 13 de Fevereiro de 2013).
- Borras Jr., S. M., Franco, J.C. e Kay, C. e Spoor, M., 2011. Land grabbing in Latin America and Caribbean viewed from broader international perspectives. In: FAO, Latin America and Caribbean seminar: “*Dinámicas en el mercado de la tierra en América Latina y el Caribe*”, Santiago do Chile, 14 e 15 de Novembro, Santiago do Chile: FAO Regional Office [on line], disponível em "http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/borras_franco_kay_spoor_land_grabs_in_latam_caribbean_nov_2011.pdf"

http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/borras_franco_kay_spoor_1_and_grabs_in_latam_caribbean_nov_2011.pdf (consultado em 19 de Fevereiro de 2014).

Borras Jr., S. M., Kay, C., Gómez, S., e Wilkinson, J., 2012. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America, *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, 33 (4), pp. 402-416 [on line] disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/02255189.2012.745394> (consultado em 28 de Setembro de 2014).

Borras, Jr. et al., 2013. *The Global Land Grab*. Amesterdão: Transnational Institute, [on line] disponível em ["http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/landgrabbingprimer-feb2013.pdf"](http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/landgrabbingprimer-feb2013.pdf) <http://www.tni.org/sites/www.tni.org/files/download/landgrabbingprimer-feb2013.pdf> (consultado em 18 de Fevereiro de 2014).

Brady, D., Kaya, Y. e Gereffi, G., 2008. *Why is Latin America deindustrializing?* [on line] disponível em http://ducis.jhfc.duke.edu/wp-content/uploads/2008/09/brady_20080918.pdf (consultado em 19 de Setembro de 2014)

Bravo, E. W., 2011. The concentration of land ownership in Latin America: An approach to current problems. *International Land Coalition* [on line] disponível em http://www.landcoalition.org/sites/default/files/publication/913/LA_Regional_EN_G_web_11.03.11.pdf (consultado em 13 de Setembro de 2014).

Brown, L. R., 2013. Food, Fuel, and the Global Land Grab. *The Futurist*, 47 (1) [on line] disponível em <http://www.wfs.org/futurist/january-february-2013-vol-47-no-1/food-fuel-and-global-land-grab> (consultado em 3 de setembro de 2014).

Cacciamali, M. C., Bobik, M. e Celli Jr., U., 2012. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. *Estudos Avançados*, 26 (75), pp. 91-110 [on line] disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/07.pdf> (consultado em 19 de Setembro de 2014).

- Cardoso, F. H., 1995. Desenvolvimento: o mais político dos temas económicos. *Revista de Economia Política*, 15 (4), pp. 148-155 [on line] disponível em <http://www.rep.org.br/pdf/60-11.pdf> (consultado em 5 de Agosto de 2014).
- Cotula, L., Vermeulen, S., Leonard, R. e Keeley, J., 2009. *Land grab or development opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa*. FAO, IIED e IFAD [on line] disponível em <http://www.fao.org/3/a-ak241e.pdf> (consultado em 28 de setembro de 2014).
- Da Vià, E., 2011. The Politics of “Win-Win” Narratives: Land Grabs as Development Opportunity? In: Land Deals Politics Initiative, *Global Land Grabbing*. Universidade de Sussex, 6-8 Abril de 2011, Brighton: Land Deals Politics Initiative [on line] disponível em http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Documents/Conference_papers/LDPI/63_Elisa_Da_Via_2.pdf (consultado em 19 de Fevereiro de 2014)
- Daniel, S. and Mittal, A. (2009) *The Great Land Grab. Rush for World's Farmland Threatens food security for the Poor*. Oakland Institute, Oakland [on line] disponível em "http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/LandGrab_final_web.pdf" http://www.oaklandinstitute.org/sites/oaklandinstitute.org/files/LandGrab_final_web.pdf (consultado em 25 de Julho de 2014).
- David, M. B. A., Dirven, M., e Vogelgesang, F., 2000. The Impact of the New Economic Model on Latin America's Agriculture. *World Development*, 28 (9), pp. 1673-1688 [on line] disponível em <http://elmu.umm.ac.id/file.php/1/jurnal/UVW/World%20Development/Vol28.Issue9.Sep2000/1053.pdf>
- de la Torre, A., Didier, T. e Pinat, M., 2014. *Can Latin America Tap the Globalization Upside?* Policy Research Working Paper 6837, Banco Mundial [on line] consultado em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2014/04/08/000158349_20140408153650/Rendered/PDF/WPS6837.pdf (consultado em 21 de Setembro de 2014).

- Deininger, K., et al, 2011. *Rising global interest in farmland - Can It Yield Sustainable and Equitable Benefits?* Washington: Banco Mundial [on line disponível em <http://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Rising-Global-Interest-in-Farmland.pdf> (consultado em 18 de Março de 2014).
- DeMartino, G. 2002. *Global Neoliberalism and the "Fate of the State"* [on line] disponível em [http://project.iss.u-tokyo.ac.jp/nakagawa/members/papers/1\(1\)DeMartino.pdf](http://project.iss.u-tokyo.ac.jp/nakagawa/members/papers/1(1)DeMartino.pdf) (consultado em 22 de Setembro de 2014).
- EcoDesenvolvimento, 2013. *ONU vai gerir novo fundo para agricultura familiar na América do Sul.* [on line] disponível em <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2013/fevereiro/onu-vai-gerir-novo-fundo-para-agricultura-familiar> (consultado em 12 de Setembro de 2014).
- Fairhead, J., Leach, M., e Scoones, I., 2012. Green Grabbing: a new appropriation of nature? *Journal of Peasant Studies*, 39 (2), pp. 237-261 [on line] disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03066150.2012.671770> (consultado em 28 de Setembro de 2014).
- Falkinger, J. e Grossmann, V., 2012. *Oligarchic Land Ownership, Entrepreneurship, and Economic Development.* [on line] disponível em <http://unifr.ch/makro/assets/files/workingpapers/Oligarchic%20Land%20Ownership%20Entrepreneurship%20and%20Economic%20Development.pdf> (consultado em 3 de Setembro de 2014).
- Fradejas, A., 2012. The Politics of Land Grabbing in Guatemala. In: Land Deals Politics Initiative, *Global Land Grabbing II*. Universidade de Cornell, 17-19 de Outubro de 2012, Ithaca: Land Deals Politics Initiative [on line] disponível em "<http://www.cornell-landproject.org/download/landgrab2012papers/alonso-fradejas.pdf>" <http://www.cornell-landproject.org/download/landgrab2012papers/alonso-fradejas.pdf> (consultado em 23 de Janeiro de 2014)
- Gault, D. A. e Lepore, W., 2009. Poder, patrón de dependencia y nuevo institucionalismo económico - Límites y restricciones de la literatura contemporânea. *Gestión y Política Pública*, 18 (2), pp. 253-305 [on line]

siponível em
http://www.gestionypoliticapublica.cide.edu/num_anteriores/Vol.XVIII_No.II_2dosem/David_Arellano_y_Walter_Lepore.pdf (consultado em 18 de Setembro de 2014).

Goldenstein, L., 1998. Repensando a dependência após o Plano Real. *Estudos Avançados*, 12 (33), pp. 131-135 [on line] disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a09.pdf> (consultado em 3 de Agosto de 2014).

Gudynas, E., 2013. *Estado compensador e novos extrativismos – As ambivalências do progressismo sul-americano*. Nueva Sociedad especial em português [on line] disponível em "http://www.nuso.org/upload/articulos/3964_1.pdf" http://www.nuso.org/upload/articulos/3964_1.pdf (consultado em 26 de Julho de 2014).

Harvey, D., 2006. O “novo imperialismo”: acumulação por desapossamento (Parte II). *Lutas Sociais*, Volume 15/16 - 1 ° semestre [on line] disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v15_16_david_harvey.pdf (consultado em 12 de Agosto de 2014)

Homer-Dixon, T. F., 1994. Environmental Scarcities and Violent Conflict: Evidence from Cases. *International Security*, 19 (1), pp. 5-40 [on line] disponível em http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/shared/summer/IA2009_readings/MD1.pdf (consultado em 9 de Setembro de 2014).

Ibarra, D. 2012. O neoliberalismo na América Latina. *Revista de Economia Política*, 31 (2) (122), pp. 238-248 [on line] disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n2/04.pdf> (consultado em 11 de Setembro de 2014).

Iglesias, H. V., 1992. *Agricultural Development in Latin America and the Role of Research and Technological Change: An Overview*. Consultative Group on International Agricultural Research [on line] disponível em <http://www.worldbank.org/html/cgiar/publications/crawford/craw8.pdf> (consultado em 20 de Agosto de 2014).

- Jaime, B., 2001. Apresentação. In: Vigna, E., 2001. Bancada ruralista – um grupo de interesse. *Argumento*, 8, p 01-52 [on line] disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.inesc.org.br%2Fbiblioteca%2Ftextos%2Fbancada-ruralista-um-grupo-de-interesse%2Fat_download%2Ffile&ei=u_8hVL2eAsOuygP-voGQDA&usg=AFQjCNH--vJiw-3n2vpbwMNAIRinkZCYsw&bvm=bv.75775273,d.bGQ (consultado em 3 de Setembro de 2014).
- Kaarhus, R., 2011. Agricultural Growth Corridors Equals Land-grabbing? Models, Roles and Accountabilities in a Mozambican case. In: Land Deals Politics Initiative, *Global Land Grabbing*. Universidade de Sussex, 6-8 Abril de 2011, Brighton: Land Deals Politics Initiative [on line] disponível em http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Documents/Conference_papers/LDPI/76_Randi_Kaarhus.pdf (consultado em 26 de Setembro de 2014).
- Kellogg, C. E., 1938. *Soil and society*. Yearbook, pp. 863-886 [on line] disponível em <http://soilcarboncoalition.org/files/soilandsociety.pdf> (consultado em 6 de Julho de 2014).
- Kibblewhite, M., 2012. Beyond peak soil - Sustaining global food supplies. *Food Ethics Magazine*, 7 (1), pp. 4-6. [on line] disponível em <http://www.foodethicscouncil.org/system/files/spring2012web%5B1%5D.pdf> (consultado em 8 de Julho de 2014).
- Lagi, M., Bertrand, K. Z. e Bar-Yam, Y., 2011. *The Food Crises and Political Instability in North Africa and the Middle East*. [on line] disponível em http://necsi.edu/research/social/food_crises.pdf (consultado em 14 de Setembro de 2014)
- Leite, S. P. e Avila, R. V., 2007. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45 (3), pp. 777-805 [online] disponível em <http://www.scielo.br/pdf/resr/v45n3/a10v45n3.pdf> (consultado em 3 de Setembro de 2014).

- Levien, M., 2011. The land question: Special economic zones and the political economy of dispossession in India. In: Land Deals Politics Initiative, *Global Land Grabbing*. Universidade de Sussex, 6-8 Abril de 2011, Brighton: Land Deals Politics Initiative [on line] disponível em http://www.iss.nl/fileadmin/ASSETS/iss/Documents/Conference_papers/LDPI/55_Michael_Levien.pdf (consultado em 26 de Setembro de 2014).
- Liversage, H., 2011. *Responding to 'land grabbing' and promoting responsible investment in agriculture*. IFAD Occasional Paper 2 [on line] disponível em http://www.ifad.org/pub/op/2_e.pdf (consultado em 20 de Junho de 2014).
- Machado, L. T., 1999. A teoria da dependência na América Latina. *Estudos Avançados*, 13 (35), pp. 199-215 [on line] disponível em <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.scielo.br%2Fpdf%2Fea%2Fv13n35%2Fv13n35a18.pdf&ei=2f4hVKOpL8rmyQO8n4HYCw&usg=AFQjCNFpAW1xXtla-g7dlGe3s3T3phZmrEA&bvm=bv.75775273,d.bGQ> (consultado em 23 de Agosto de 2014).
- Madariaga, 2013. *Land Grabbing: Is Europe Part of the Problem or the Solution?* Bruxelas: Madariaga – College of Europe Foundation [on line] disponível em <http://www.madariaga.org/images/madariagareports/2013-jul-10%20-%20land%20grabbing%20-%20is%20europe%20part%20of%20the%20problem%20or%20the%20solution%20report.pdf> (consultado em 11 de Março de 2014).
- Magdoff, F., 2013. Twenty-first-century land grabs: accumulations by agricultural dispossession. *Monthly Review*, 65 (6), [on line] disponível em <http://monthlyreview.org/2013/11/01/twenty-first-century-land-grabs/> (consultado em 15 de Setembro de 2014).
- Malamud, A., 2007. América Latina actualidade emaranhada, perspectivas divergentes. *Relações Internacionais*, 13, pp. 005-007 [on line] disponível em http://www.ipri.pt/publicacoes/revista_ri/pdf/RI_13_AM.pdf (consultado em 27 de Setembro de 2014).

- Margulis, M. E., McKeon, N. e Borras Jr., S. M., 2013. Land Grabbing and Global Governance: Critical Perspectives. *Globalizations*, 10 (1), pp. 1-23 [on line] disponível em <http://www.ceri.org.py/web/wp-content/uploads/2013/02/LAND-GRABBING.pdf> (consultado em 6 de Junho de 2014).
- Marin-Burgos, V., Lovett, J.C., Clancy, J.S., 2011. Biofuels and Land Appropriation in Colombia: do biofuels national policies fuel land grabs? In: Land Deals Politics Initiative, *Global Land Grabbing*. Universidade de Sussex, 6-8 Abril de 2011, Brighton: Land Deals Politics Initiative [on line] disponível em http://www.future-agricultures.org/papers-and-presentations/doc_download/1412-biofuels-and-land-appropriation-in-colombia-do-biofuels-national-policies-fuel-land-grabs (consultado em 20 de Fevereiro de 2014).
- Martins, C. E. e Valencia, A. S., 2001. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. *Revista Lutas Sociais*, Vol. 7, [on line] disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v7_martins_sotelo.pdf (consultado em 3 de agosto de 2014).
- McMichael, P., 2013. Land Grabbing as Security Mercantilism in International Relations. *Globalizations*, 10:1, 47-64 (disponibilizado pelo autor).
- Moniz Bandeira, 2002. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (2), pp 135-146 [on line] disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a07v45n2.pdf> (consultado em 23 de agosto de 2014).
- Moniz Bandeira, L. A. M., 2008a. Moniz Bandeira e o futuro da América Latina. Entrevistado por António Martins. *Le Monde Diplomatique*. 31 de Março de 2008 [on line] disponível em <http://diplo.wordpress.com/2008/03/31/cheri-a-paris-cronicas-francesaspinga-ni-mimeram-eles-de-novo-acompanhados-por-tres-policiais-entraram-e-pegaram-nossos-dados-enquanto-um-escrevia-os-oito-restantes-olhavam-para-parede-tinh/#comments> (consultado em 1 de Agosto de 2014).
- Moniz Bandeira, L. A. M., 2008b. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. *Revista Espaço Acadêmico*, Nº 89, [on line]

disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/089/89bandeira.pdf>
(consultado em 1 de Agosto de 2014).

Montgomery, D. R., 2007b. Is agriculture eroding civilization's foundation? *GSA Today*, 17 (10), pp. 4-9 [on line] disponível em <http://www.geosociety.org/gsatoday/archive/17/10/pdf/i1052-5173-17-10-4.pdf>
(consultado em 2 de Julho de 2014).

Montgomery, D., 2012. Soil and civilization – Time for a greener revolution. *Food Ethics Magazine*, 7 (1), pp. 4-6. [on line] disponível em <http://www.foodethicscouncil.org/system/files/spring2012web%5B1%5D.pdf>
(consultado em 8 de Julho de 2014).

Murphy, S. 2013. *Land Grabs and Fragile Food Systems - The Role of Globalization*. Institute for Agriculture and Trade Policy. [on line] disponível em http://www.iatp.org/files/2013_02_14_LandGrabsFoodSystem_SM_0.pdf
(consultado em 17 de Setembro de 2014).

Nalepa, R., 2011. *The global land rush: implications for food, fuel, and the future of development*. The Pardee Papers, nº 13. Boston: Universidade de Boston [on line] disponível em http://www.bu.edu/pardee/files/2011/08/PP13_GlobalLandRush.pdf?PDF=pardee-papers-013-land-rush (consultado em 11 de Março de 2014).

Narula, S., 2013. The Global Land Rush: Markets, Rights, and the Politics of Food. *New York University Public Law and Legal Theory Working Papers*. Paper 412, pp. 101-175 [on line] disponível em http://lsr.nellco.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1414&context=nyu_plltwp
(consultado em 28 de Julho de 2014).

Oldeman, S. R., 1992. *Global extent of soil degradation*. International Soil reference and Information Centre. Relatório Bi-annual 1991-1992, pp. 19-36 [on line] disponível em http://library.wur.nl/isric/fulltext/isricu_i26803_001.pdf
(consultado em 5 de Setembro de 2014).

Oldeman, S. R., 2000. *Impact of soil degradation: a global scenario*. International Soil reference and Information Centre. Working Paper 2000/01 [on line] disponível em

http://isric.org/isric/webdocs/docs/ISRIC_Report_2000_01.pdf (consultado em 5 de Setembro de 2014)

Oldman, S. R., 1998. *Soil degradation: a threat to food security?* Relatório 98/01, International Soil reference and Information Centre, Wageningen [on line] disponível em http://www.isric.org/isric/webdocs/docs/ISRIC_Report_1998_01.pdf (consultado em 5 de Setembro de 2014)

Oliveira, A. U., 2010. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. *Agrária*, 12, pp. 3-113 [on line] disponível em <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/702/711> (consultado em 8 de Setembro de 2014).

Oliveira, D., 2000. A cultura dos assuntos públicos: o caso do "custo Brasil". *Revista Sociologia Política*, 14, pp. 139-161 [on line] disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n14/a08n14.pdf> (consultado em 12 de Setembro de 2014).

Oviedo, S. 2011. *Avoiding the Land Grab: Responsible Farmland Investing in Developing Nations*. Sustainalytics [on line] consultado em http://www.sustainalytics.com/sites/default/files/avoiding-the-land-grab-responsible-farmland-investing-in-developingnations_final.pdf (consultado em 23 de Agosto de 2014).

Palmer, et al, 2009. *Towards improved Land Governance*. Land Tenure Working Paper 11. FAO [on line], disponível em <http://www.fao.org/3/a-ak999e.pdf> (consultado em 22 de Agosto de 2014).

Patrício, R. C., 2014. Brasil: Política Externa e Geopolítica do Pré-Sal. *Revista Nação e Defesa*, IDN (artigo cedido pela autora).

Pigrau, A., Borràs, S., Cardesa-Salzmman, A., Jaria i Manzano, J. 2013. *International law and ecological debt. International claims, debates and struggles for environmental justice*. EJOLT Report, No. 11 [on line] disponível em http://www.ejolt.org/wordpress/wp-content/uploads/2014/01/140128_EJOLT11-low.pdf (consultado em 5 de Setembro de 2014).

Prebisch, R., 1986. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Desarrollo Económico*, 26 (103), pp. 479-502 [on line] disponível em <http://store.free-college.org/noleech1.php?hidden=r:/796000/4913a2c85ec1e9081978138fd0c33925&hidden0=Ra%C3%BAI+Prebisch+El+desarrollo+econ%C3%B3mico+de+la+Am%C3%A9rica+Latina+y+algunos+de+sus+principales+problemas+issue+103++1986.pdf> (consultado em 8 de Maio de 2014).

Sauer, S., n.d. *Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI*, [on line] disponível em <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20esparsas%20sobre%20a%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20e%20a%20demanda%20por%20terra%20no%20s%C3%A9culo%20XXI%20-%20Sergio%20Sauer%20-%202010.pdf> (consultado em 12 de Setembro de 2014).

Scherr, S. e Yadav, S., 1997. Land degradations in the developing world: issues and policy options for 2020. IFPRI. Brief 44, Junho [on line] disponível em <http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/16371/1/br44.pdf> (consultado em 9 de Setembro de 2014).

Sinnott, E., Nash, J. e de la Torre, A., 2010. *Natural resources in Latin America and the Caribbean - Beyond booms and busts?* Washington: Banco Mundial <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fsiteresources.worldbank.org%2FINTLAC%2FResources%2F257803-1284336216058%2FFlagshipReport.pdf&ei=iJgoVNSIIenW7QaAhYDgDg&usg=AFQjCNFq-UGzmdeDbFpzXsM185Aa7JlDeg&bvm=bv.76247554,d.ZGU> (consultado em 19 de Setembro de 2014).

Spoor, M., 2000. *Two decades of adjustment and agricultural development in Latin America and the Caribbean* [on line] disponível em <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/8/4578/lcl1352i.pdf> (consultado em 22 de Julho de 2014).

- Theting, H. e Brekke, B., 2010. *Land Investments or Land grab? A critical view from Tanzania and Mozambique*. Oslo: Spire [on line] disponível em "http://spireorg.no/files/spire/documents/Land_investment_or_land_grab08112010.pdf" (http://spireorg.no/files/spire/documents/Land_investment_or_land_grab08112010.pdf 25 de Julho de 2014).
- Wagner, A. e Silva, N. C. P., 2013. Ruy Mauro Marini e Fernando Henrique Cardoso: duas visões sobre o capitalismo dependente. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”*. GT 8. Marxismos latino-americanos, pp. 185-200 [on line] disponível em http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v13_adolfo_e_nivia1_GVIII.pdf (consultado em 17 de Agosto de 2014)
- Welch, C. A., 2012. Resisting Land Grabbing in Latin America during the Cold War and Globalization Eras. In: Land Deals Politics Initiative, *Global Land Grabbing II*. Universidade de Cornell, 17-19 de Outubro de 2012, Ithaca: Land Deals Politics Initiative [on line] disponível em <http://www.cornell-landproject.org/download/landgrab2012papers/welchfin.pdf> (consultado em 18 de Fevereiro de 2014).
- White, B., et al, 2012. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. *The Journal of Peasant Studies*, 39, pp. 619–647 [on line] disponível em http://www.tni.org/files/white_etal_redacted.pdf (consultado em 26 de Setembro de 2014).

• Relatórios

- Banco Mundial, 2007. *World development report 2008 - Agriculture for Development*. Washington: Banco Mundial [on line] disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fsiteresources.worldbank.org%2FINTWDR2008%2FResources%2FWDR_00_book.pdf&ei=HZMoVP6DOuTg7QbJrYEEY&usg=AFQjCNGsufbz4RbtyGJ-h4-

[4vmcVWSc6Kg&bvm=bv.76247554,d.ZGU](http://www.bv.76247554.d.ZGU) (consultado em 23 de Setembro de 2014).

Banco Mundial, 2013. *Implementing agriculture for development: World Bank Group agriculture action plan: 2013-2015*. World Bank Group: Washington [on line] disponível em http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/2013/05/23/000333037_20130523100445/Rendered/PDF/779110WP0Ag0Ac0than0the0Board0paper.pdf (consultado em 20 de Setembro de 2014).

CEPAL, 2014. *Estudo Econômico da América Latina e do Caribe - Desafios para a sustentabilidade do crescimento em um novo contexto externo*. [on line] disponível em <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/0/53390/EstudoEconomico2014DocInf.pdf> (consultado em 27 de Setembro de 2014).

CEPAL, FAO e IICA, 2012. *The Outlook for Agriculture and Rural Development in the Americas: A Perspective on Latin America and the Caribbean*. Santiago: FAO [on line] disponível em <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fao.org%2F3%2Fas167e.pdf&ei=LZEoVKr0Eeyd7gaptIF4&usg=AFQjCNGl42tdkBYvRSagKa5y1eMAKUVj2g&bvm=bv.76247554,d.ZGU> (consultado em 12 de Setembro de 2014).

CEPAL, FAO e IICA, 2013. *Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2014*. San José: CEPAL, FAO e IICA [on line] disponível em <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCEQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fao.org%2Fdocrep%2F019%2Fi3702s%2Fi3702s.pdf&ei=YpEoVNv5JIGV7Ab60oCgBA&usg=AFQjCNHnB6yd0YXMAv-cbvoOUgPBRDcJg&bvm=bv.76247554,d.ZGU> (consultado em 20 de Setembro de 2014).

Deininger, K., Selod, H. e Burns, A., 2012. *The Land Governance Assessment Framework - Identifying and monitoring good practice in the land sector*.

Washington: Banco Mundial [on line] disponível em http://siteresources.worldbank.org/INTARD/825826-1111396957610/23131560/Land_Governance_Assessment_Framework.pdf (consultado em 22 de Agosto de 2014).

Human Development Report, 2007/2008. *Fighting Climate Change: Human solidarity in a divided world*. United Nations Development Program [on line] disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_20072008_summary_english.pdf (consultado em 5 de Setembro de 2014).

Ludena, C. E., 2010. *Agricultural productivity growth, efficiency change and technical progress in Latin America and the Caribbean*. Banco Inter-Americano de Desenvolvimento Paper Series [on line] disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CCYQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.iadb.org%2FprojectDocument.cfm%3Fid%3D35838847&ei=C_8hVLPsJuLXyQPty4LwCA&usg=AFQjCNEE86mc1WnDLfUhUN08uquRdA_bkQ&bvm=bv.75775273,d.bGQ (consultado em 15 de Setembro de 2014).

Nakata, G e Ziegler, M. 2014. *The next global breadbasket: how Latin America can feed the world: a call to action for addressing challenges and developing solutions*. Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, [on line] disponível em http://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/6436/IDB_Food%20Security_combined%20FINAL.pdf (consultado em 13 de Setembro de 2014).

• Outras fontes

Barrera-Hernández, L., 2009. Peruvian indigenous land conflict explained. *Americas Quarterly*, 12 de Junho [on line] disponível em <http://www.americasquarterly.org/peruvian-protests-explained> (consultado em 3 de Setembro de 2014).

Bhatnagar, D., 2014. *Rich nations must pay their ecological debt*. The New York Times, 3 de Abril [on line] disponível em <http://www.nytimes.com/roomfordebate/2014/04/01/global-warming-and-the->

[developing-world/rich-nations-must-pay-their-ecological-debt](#) (consultado em 5 de Setembro de 2014).

Brown, L. R., 2011. The new geopolitics of food. *Foreign Policy*, 25 de Abril [on line] disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/04/25/the_new_geopolitics_of_food (consultado em 3 de Setembro de 2014).

Helft, D. e Raszewski, E., 2005. Mapuche Tribe Fights to Remove Benetton From Homeland. *Bloomeberg* [on line] disponível em http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=newsarchive&sid=a_hYZMzfhZd8&refer=news_index (consultado em 27 de setembro de 2014).

Hough, A., 2010. *Britain facing food crisis as world's soil 'vanishes in 60 years'*. The Telegraph [edição on line], 3 de Fevereiro [on line] disponível em <http://www.telegraph.co.uk/earth/agriculture/farming/6828878/Britain-facing-food-crisis-as-worlds-soil-vanishes-in-60-years.html> (consultado em 20 de Julho de 2014).

OMC, 2013. *Days 3, 4 and 5: Round-the-clock consultations produce 'Bali Package'*. [on line] disponível em http://www.wto.org/english/news_e/news13_e/mc9sum_07dec13_e.htm#agriculture (consultado em 14 de Setembro de 2014).

Provost, C., 2012. International land deals: who is investing and where - get the data. *The Guardian* [on line] disponível em <http://www.theguardian.com/global-development/datablog/2012/apr/27/international-land-deals-who-investing-what> (consultado em 27 de Setembro de 2014).

Rio Forte, 2010. [on line] disponível em <http://www.rioforte.pt/en/business/geografic-focus/south-america/> (consultado em 31 de Agosto de 2014).

The Economist, 2010. It's only natural. *The Economist* [on line] disponível em <http://www.economist.com/node/16964094#sthash.vox94Uqw.dpbs> (consultado em 16 de Setembro de 2014)

Watts, J., 2013. Killings of Brazil's indigenous Indians highlight tensions of land. The Guardian [on line] disponível em

<http://www.theguardian.com/world/2013/aug/08/brazil-land-indigenous-people-killings> (consultado em 10 de Setembro de 2014).